Memórias da Regeneração de 24 de Agosto de 1820

José Liberato Freire de Carvalho
José Ferreira Borges

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(Coimbra 1772 – Lisboa 1855)

Bibliotecário, ex-cónego, jornalista, editor, deputado, memorialista, ideólogo liberal e tradutor.

JOSÉ FERREIRA BORGES (Porto 1786 – Porto 1838)

Jurisconsulto, economista e político. Membro do Sinédrio e da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, Deputado Constituinte de 1821; autor do 1º Código Comercial Português.

MEMÓRIAS

PARA A

HISTÓRIA

DA NOSSA BRILHANTE E GLORIOSA

REGENERAÇÃO

DE

24 DE AGOSTO DE 1820

POR

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

LONDRES, 1821

EDITORIAL MOURA PINTO

COIMBRA, 2020

MEMÓRIAS

PARA A

HISTÓRIA

DA NOSSA BRILHANTE E GLORIOSA

REGENERAÇÃO

DE

24 DE AGOSTO DE 1820

POR

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

LONDRES, 1821

COMISSÃO LIBERATO

ASSOCIAÇÃO CÍVICA E CULTURAL 24 DE AGOSTO

Figueira da Foz

O

CAMPEAÕ PORTUGUEZ,

OU

O AMIGO DO REI E DO POVO.

JORNAL POLITICO PUBLICADO MENSALMENTE
PARA ADVOGAR A CAUSA E INTERESSES
DE PORTUGAL.

NO. XXXIII.—VOL. IV.

MARÇO, 1821.

LONDRES:

IMPRESSO POR L. THOMPSON,

Great St. Helens.

A

PRÓ-ASSOCIAÇÃO 8 DE MAIO

MANTÉM A SUA MATRIZ FUNDADORA

DE

INCENTIVAR E REUNIR APOIOS

PARA QUE

INICIATIVAS MERITÓRIAS

POSSAM CONCRETIZAR-SE

À LUZ

DE

ACÇÕES TRANSFORMADORAS

PRO ASSOCIAÇÃO 8 DE MAIO

pa · 8 · m

pensar, agir, transformar

Editorial

A *Editorial Moura Pinto* associa-se à *Comissão Liberato* de Coimbra na celebração da Revolução Liberal de 24 de Agosto de 1820 tendo fraternalmente a *Associação 24 de Agosto* da Figueira da Foz e a *8 de Maio* de Coimbra como suas mentoras.

O livro, que ora se edita de José Liberato Freire de Carvalho, celebra graus e qualidades de um povo humilhado pela vergonhosa debandada da corte para o Brasil e a sua abominável submissão ao General Beresford.

Importa nunca esquecer:

1- O "Pacto Continental" celebrado por D. João VI a mando de sua mãe D. Maria I, já visivelmente demente, com Napoleão e assinado por Junot para o "Bloqueio Continental" a Inglaterra;

2- O envio do General Gomes Freire de Andrade com a Legião Portuguesa para França ao abrigo desse pacto;

3- A fuga da corte para o Brasil. Dirá D. Maria, num breve laivo de lucidez, enquanto comia um papo-seco: *"Que pressa é esta que até parece que estamos a fugir!"*;

4- A prisão de José Liberato na Igreja de Santa Cruz em 1813 e o seu posterior exílio;

5- A afrontosa morte de Gomes Freire de Andrade e dos mártires da Pátria a 18 de Outubro de 1817;

Celebramos a 8 de Maio de 1834 a passagem por Coimbra das tropas comandadas pelo Duque da Terceira.

A Associação que a não esquece comemora vinte anos de fraterna existência.

O Sinédrio e o seu principal mentor Manuel Fernandes Tomaz, de pé e à ordem, devolveram a honra a Portugal com a sua Revolução de 1820.

Como se fosse uma egrégora aqui se junta o natural da Figueira da Foz, Fernandes Tomaz, que exerceu em Arganil, daqui se ouvem as lágrimas e os suspiros de Liberdade de José Liberato

preso nesta igreja de Santa Cruz, Ferreira Borges aqui tão perto leva-nos da Portagem e pela Estrada da Beira até Bobadela onde o General Gomes Freire de Andrade desfrutou dos últimos dias de alguma Fraternidade e Justiça, no regresso a Portugal.
Esta Praça 8 de Maio olhou e viu o renascer da Igualdade entre as pessoas de bem.
Poucos meses viveu Fernandes Tomaz à publicação da Constituição Liberal de 23 de Setembro de 1822, a primeira lei fundamental portuguesa e o mais antigo texto constitucional português.
Vigorará até à Carta Constitucional e ressuscitará em 1836.
6- Finalmente com o Sinédrio e com Manuel Fernandes Tomaz encerrou-se definitivamente o capítulo mais tenebroso da História de Portugal: os tribunais do Santo Ofício nascidos com João III a 23 de Maio de 1536 queimaram durante 238 anos inocentes até raiar o dia 31 de Março de 1821.
Nunca o nosso agradecimento poderá ter fim a todos os que em nome da Igualdade, da Liberdade e da Fraternidade dedicaram os seus exemplos de vida e a própria vida.
É uma honra e um privilégio a *Editorial Moura Pinto* ser convidada para editar tamanho testemunho.

Carlos Maia Teixeira,
Presidente da Editorial Moura Pinto

Antelóquio

Quando José Liberato inicia as suas *"Memórias para a história da nossa brilhante e gloriosa regeneração de 24 de Agosto de 1820"* em Março de 1821, ainda reside em Inglaterra, tem planos para regressar a Portugal e sabe que está terminada a missão do seu jornal – ***O Campeão Portuguez*** *ou o amigo do rei e do povo* (Londres, 1819 a 1821).

Estas *Memórias* desenvolvem-se numa sequência de quatro números do jornal (nº XXXIII de Março de 1821 a nº XXXVI de Junho de 1821), "em continuação", como é hábito numa série de rubricas dos periódicos daquele tempo. Subitamente, Liberato informa os seus leitores que vai suspender a edição do seu jornal e, com ele, estas *Memórias* que escreve, decidindo terminá-las, pela relevância que lhe deu, com uma carta de José Ferreira Borges dirigida a Sebastião Drago Cabreira, um dos militares envolvidos e apoiante inicial da Revolução Liberal. Carta esta, diga-se, que por encerrar estas *Memórias*, faz Simão da Luz Soriano atribuir a Ferreira Borges a autoria da totalidade do texto, o que não se nos afigura como um argumento sério e suficiente, nem o estilo do texto o sugere. Irrelevante, apesar disso.

Mais do que os factos e a sua circunstanciada descrição, Liberato preocupa-se em deixar um legado acerca das razões, das causas profundas e da inevitabilidade dos acontecimentos de 1820. E, sobretudo, dos méritos dos regeneradores, reconhecidamente dirigidos e impulsionados por Manuel Fernandes Tomás, que entretanto são alvo de um projecto de Decreto das Cortes que visa sancionar solenemente os acontecimentos e elevar à categoria de ***beneméritos da Pátria*** os seus protagonistas.

Para Liberato é imperdoável a deslocação da família real para o Brasil, naquilo que considera uma fuga à invasão francesa, deixando um povo órfão e mal entregue que, após um primeiro tempo de recuo e submissão, heroicamente se levanta e derrota os invasores sucessivamente até à sua expulsão. Por outro lado, aos governadores do reino, Liberato não se cansa de classificar de incapazes, de déspotas e de corruptos. Nomeia um a um os responsáveis, denuncia a arbitrariedade das *prisões de Quinta-feira Santa*, a *Setembrizada* e a forma atroz e bárbara como foram perpetradas. Acrescenta o estrangulamento económico, o aumento de impostos e a diária e progressiva miséria em que vive o povo que sustenta a corte, os governos e os seus luxos.

José Liberato apresenta depois o episódio de Gomes Freire em 1817 como o sintoma maior de uma resistência que se começa a organizar e que evolui para um desfecho monstruoso e desumano mas que, longe de acalmar o descontentamento geral, vai gerar maior indignação perante a ruina económica e a intolerância policial. De caminho, Liberato nomeia tudo e todos – os mártires, os perseguidos e exilados, os denunciantes, os juízes, os acusadores e os governadores. Todos, para que não se esqueça.

Depois de analisar, Liberato conclui que só no Porto se poderia formar o que se formou – a associação que preparou, acompanhou, organizou e comandou a Revolução – o Sinédrio. Indica os seus membros, o seu juramento, a forma como evoluiu e se consolidou. E aproveita para prevenir que os que dizem que foi obra da Maçonaria ou apenas para satisfação de militares, não visam mais do que tentar desacreditar o projecto, ainda jovem mas vencedor.

O memorialista – talvez a melhor qualificação atribuída ao *"Spartacus"* da Loja "**Fortaleza**" – não se despede sem

sublinhar o papel determinante de Fernandes Tomás, quer através da carta de Ferreira Borges - que no final transcreve -, quer pela descrição das manobras de mobilização de apoio no sul de Portugal (Lisboa tardava em sair da sua "segurança") e da conquista de simpatias entre corpos militares no norte que garantissem, pelo menos, a não oposição, quando tudo se desencadeasse.

Assim, a Comissão Liberato presta aquilo que julga ser o seu dever cívico de divulgação e enaltecimento dos homens e dos factos bem como, acima de tudo, dos ideais e das virtudes que presidiram ao início de um processo imparável de libertação e progresso, ainda que repleto de escolhos e percalços – a nossa Gloriosa Regeneração de 24 de Agosto e de 15 de Setembro de 1820.

Manuel Seixas

Pela Comissão Liberato, no bicentenário da Revolução Liberal de 1820.

Coimbra, 24 de Agosto de 2020

Prefácio

A REGENERAÇÃO POLÍTICA DE 1820 E O *CAMPEÃO PORTUGUEZ*

"Diz-se que a Nação não está preparada para tanta luz: o uso sublime da razão é dote do homem de qualquer país: não aniquilemos tanto os Portugueses" – **Manuel Fernandes Tomás** [1]

Sob o título de *Memórias para a Historia de nossa brilhante, e gloriosa Regeneração de 24 de agosto de 1820*, José Liberato Freire de Carvalho escreveu no seu *Campeão Português* de Londres [2], ao longo de quatro números, o que será o primeiro monumento e tributo historiográfico para a revolução de 24 de Agosto de 1820, o seu primeiro subsídio bibliográfico.

A abordagem de Liberato, na narrativa histórica da regeneração de 24 de Agosto (desde 1807 até 1820), dá mostras do ambiente político, económico e social vivido em Portugal nos tempos do despotismo, revela aspectos da sua crise ao mesmo tempo que pretende contribuir, bem ao jeito da época, para publicitar ensinamentos morais e políticos na aprendizagem e

formação cívica do cidadão liberal. O seu discurso, ou se quisermos o sentido do seu discurso, é assim um percurso político, um modo articulado de traçar um diálogo com os dilemas da própria regeneração em curso e os seus protagonistas.

Na verdade, as notícias e as memórias inscritas por Liberato, abordadas com desenvoltura e sobriedade, são sempre apresentadas enquanto mediação com o passado ominoso do absolutismo, no convencimento da necessidade inadiável de reconquista dos direitos públicos perdidos [3], da soberania nacional e a reposição das velhas instituições que o despotismo usurpou.

Assim, essa interacção ou, se se quiser, essa curial relação holística entre o sujeito da escrita e o objecto histórico, não permite no ordenamento narrativo de Liberato nenhuma confusão da erudição com a escrita da própria história. Apenas um exame sério, equilibrado e ponderado dos acontecimentos e episódios observados ("inegavelmente únicos"), necessariamente reflectindo um juízo construído sobre o mundo e a humanidade – mesmo que instrumentalmente libertador para o autor - ou uma consciência moral e doutrinária contra o servilismo e a tirania, por alguém que integrou a virtuosa geração do nosso primeiro liberalismo e por ele lutou.

Esta forma de experienciar o tempo histórico tinha toda a razão de ser.

Primeiro passo: Liberato analisou, em Março de 1816, ainda em tempo de redacção do *Investigador Portuguêz* [4], a natureza, a causa e os sinais visíveis das revoluções populares, deixando no caminho um curioso, mas firme, aviso aos governantes no modo de as prevenir.

A matéria do artigo era a resposta a uma local de Rocha Loureiro, no seu periódico *Português* (nº 21, Janeiro 1816), onde este escrevia: "Eu tenho um respeito santo e religioso por todas as revoluções da natureza, e também por as da política, se estas são feitas pelo povo". José Liberato, com moderação e elegância, diverge de Rocha Loureiro e observa o seguinte: "Nós temos um medo horroroso de todas as revoluções da natureza, e também das da política, se estas são feitas pelo povo"; em seguida, na sua notável peça política, vai apresentando vigorosos argumentos e – em assunto de proveito especial – ao retratar a situação portuguesa recusa o alento de uma revolução [5], apontando a necessidade de reformas, num estado de direito "modelado pelos princípios do liberalismo", para que o poder não caísse na rua.

Não deixa de ser curioso e esclarecedor encontrarmos aqui uma similitude de pensamento entre Liberato e Manuel

Fernandes Tomás (e os patriotas do Sinédrio), para quem, face ao previsível cenário de descontentamento popular, seria imperioso preparar a organização e direcção desse movimento "para bem do país e da sua liberdade, guardada sempre a devida fidelidade à dinastia da casa de Bragança" [6].

Portanto, na mesma linha de pensamento de Liberato, Fernandes Tomás e os homens do Sinédrio não visavam implementar qualquer revolução, mas apenas observar e vigiar os acontecimentos para, posteriormente, passar à acção directa, conduzindo a ordem política portuguesa e, aí sim, fazer uma "revolução dos espíritos", lenta e gradual - como escreveu Fernandes Tomás. Não seria estranho a tudo isso a manifesta "imaturidade" política verificada pelos revoltosos de 1817, mesmo que não se esqueça jamais a "nobreza dos seus intuitos" e a impiedade resultante dessa aventura.

Segundo passo: a polémica [7] que manteve com o então monge beneditino, Frei Mateus da Assunção Brandão, a propósito das *Reflexões sobre a Conspiração Descuberta [sic], e Castigada em Lisboa no ano de 1817, por um verdadeiro amigo da Pátria* (Impressão Régia, 1818, VI-153 p.) [8].

Os artigos de Liberato em resposta ao opúsculo de Frei Mateus examinaram as "causas da conspiração", a "enormidade

do delito" e a "justiça do castigo" a Gomes Freire e aos *Mártires da Liberdade*; expôs Liberato a má-fé e parcialidade do publicista absolutista, sendo "evidente que o objectivo do frade não foi tratar da conspiração de Lisboa mas inculcar certas máximas políticas que talvez lhe fossem encomendadas" e, entre elas, "escrever unicamente contra o assunto da moda: os Pedreiros Livres".

A posição de Liberato foi, principalmente, vincar a origem dos males da Pátria: a miséria, a pobreza e o descalabro económico do país, acentuar a animosidade anti-britânica entre a burguesia comercial e industrial, envolvendo nessa situação a corrupta e injusta governação do reino, o que explicaria por si só qualquer reação de desagrado. De referir que a bárbara execução de Gomes Freire e seus infelizes companheiros fê-lo endurecer a pena no combate à tirania e iniquidade, tornando-a cada vez mais numa poderosa e altiva arma de arremesso contra a regência.

Assim, depois da curiosa exposição acerca da persistente afoiteza de Frei Mateus tentar explicar a "conspiração de Lisboa" e "toda a revolução Francesa por meio da ressonância das máximas dos Pedreiros Livres" e através das "máximas propagadas pelos jornais impressos em Londres" - o que para Liberato lhe parece ser "não só muito cómodo, mas até agradável

a certa classe de pessoas" - encerra Liberato a polémica - após uma longa explicação em torno das *Cortes de Lamego* [9], assunto que o frade Mateus recupera e chama a si como prova de autoridade e legitimação do uso da força da regência – concluindo que a suposta conspiração contra o rei nunca chegou a ser revolta, nem nunca se provou existir qualquer crime de lesa-majestade, por não subsistir plano e por ser discordante as várias confissões dos réus.

Estas duas ilações recolhidas de anteriores intervenções periodísticas de José Liberato permitem, em parte, reconstruir uma matriz ideológica do pensamento liberal do redactor do *Campeão Português* e compreender o sentimento que o animava como defensor inabalável da liberdade e da emancipação da pátria. Por outro lado, fica evidente que a própria natureza do estudo apresentado nas *Memórias* é um olhar coerente e muito crítico, lançado sobre o país que ia redescobrir ao fim de oito anos de exílio e que, certamente, teria a glória de o receber.

Liberato ergue-se, portanto, como dedicado jornalista e firme publicista da Regeneração da Pátria e da causa liberal, um redactor fiel e comprometido com a sua consciência de homem livre. O presente assunto destas Memórias oitocentistas situa o ofício do periodismo numa linha muita ténue entre o jornalista e

o historiador, entre a reconstrução da realidade e a realidade ela mesma, entre o escritor e o homem do mundo civilizado. O trabalho que Liberato rubrica na literatura memorialística [10], além de um incessante labor de erudição e ilustração, traça um repositório valioso contra o esquecimento, pelo que esse estimulante recordatório é depoimento prestimoso que inspira e anima a curiosidade historiográfica.

As Memórias reúnem algumas das principais personagens do primeiro vintismo. E Manuel Fernandes Tomás ocupa um lugar de destaque: é a figura tutelar da Regeneração e da Liberdade, aquele que "concebe salvar a Pátria e o Trono", o patriota "resolvido a vencer todos os perigos e todos os obstáculos", enfim, "um benemérito da pátria, um libertador do povo escravo", no dizer do poeta Almeida Garrett.

Os portugueses, com tantos serviços prestados na resistência contra os franceses, os vergados pela humilhação à tutela inglesa, os desprezados e abandonados a um Brasil que "desumanamente devorava Portugal em homens e dinheiro", encontraram no desembargador Fernandes Tomás e nos companheiros do Sinédrio os mais virtuosos e ilustres regeneradores da pátria, dispostos a combater a odiosa tirania.

Porém os homens da revolução de 1820 não abraçavam uma única corrente nem tinham interesses idênticos, estando divididos em facções distintas: um grupo, composto por militares, pretendia apenas a expulsão de Beresford, dos oficiais ingleses e o regresso do Rei, isto é movia-se por interesses meramente corporativos e integrava António da Silveira, Sebastião Brito Cabreira, Gaspar Teixeira, Pereira de Sampaio, Telles Jordão; um segundo grupo agrupava-se em torno de Frei Francisco de S. Luís (futuro Cardeal Saraiva) e pretendia reformas no Estado; o terceiro grupo, marcadamente com projecto liberal, teve à frente Manuel Fernandes Tomás, Ferreira Borges, Silva Carvalho, Ferreira Viana [11].

De facto alguns dos protagonistas do 24 de Agosto de 1820 tiveram percursos contraditórios. O mais doloroso dos casos aconteceu com o coronel Sepúlveda - membro do Sinédrio, o herói de 1820, o mais amado pelo povo, o deputado constituinte - que no dia 30 de Maio de 1823, depois de amotinar a guarnição do Castelo de S. Jorge e aderir à Vilafrancada, traindo os seus antigos ideais, foi vilipendiado por D. Miguel que não lhe perdoou o não ter cumprido a missão que lhe destinara (sublevar Lisboa), pelo que foi mandado preso para Peniche de onde só saiu em 1824 para o exílio de Paris, aí falecendo em Junho de 1829.

Diferente era a condição política de António da Silveira, ou de Brito Cabreira, Gaspar Teixeira, Pereira de Sampaio e Manuel Pinto da Silveira, assumidos absolutistas, que participaram activamente na revolução de 1820; apesar de terem inicialmente conseguido "embaraçar" e perturbar os trabalhos do Sinédrio, anos depois, em 1823, passam a integrar as hostes miguelistas da usurpação. Diga-se que Silveira tinha um ódio de estimação a Fernandes Tomás, como se depreende da célebre reunião do dia 21 de Agosto para acordar a assinatura do Manifesto à Nação. Outros, depois da adesão ao vintismo e de se apresentarem como porfiados amigos da Constituição, declararam-se legitimistas, apoiando e lutando pelos direitos de D. Miguel [12].

Manuel Fernandes Tomás faleceu muito cedo, não tendo podido observar as vicissitudes da política e em especial a restauração absolutista, pelo que nunca saberemos o que pensaria o *Patriarca da Revolução* dos acontecimentos posteriores: por exemplo, como reagiria ele à sedição da *Vilafrancada* ou da *Abrilada* contra a "pestilenta cáfila de pedreiros-livres" e, principalmente, como avaliaria ele essa "graça do trono" na outorga da *Carta Constitucional*, assunto nunca votado nas *Cortes* e que muitos dos homens de 1820 aceitaram sem mácula [13]. Isto é, concordaria Fernandes Tomás,

abandonando o revolucionário "espirito do vintismo" e da soberania popular - traduzido na Constituição – em satisfazer politicamente as várias (e não convergentes) facções liberais aprovando um modelo outorgado da *Carta*, o que significaria uma nova filosofia política e uma reelaboração da própria ideia de liberalismo, tão ao gosto do primeiro *Cartismo*? Nunca o saberemos.

Porém, não erraremos ao considerar o jurisconsulto e tribuno Manuel Fernandes Tomás como o "guia da jovem liberdade" vintista, o "sentinela vigilante" do projecto constitucional de 1822, o defensor intransigente da nova ordem política, aliás como vem registado nas *Memórias*. Sim! O "abalo revolucionário de 1820" visava recuperar o passado, a representatividade da nação e elaborar o projecto de *Bases da Constituição*. E assim se cumpriu. Nesse percurso, mesmo com o seu admirável e infatigável entusiasmo, Fernandes Tomás manteve sempre uma posição de moderação [14], desde o *Manifesto de 24 de Agosto de 1820* até aos mais vivos debates ao longo da jornada da *Constituinte*. A firmeza dos seus princípios e referências jurídicas e constitucionais, apoiadas num humanismo iluminista e secular, foi um exemplo aos vindouros e um legado para todos nós.

Aos varões ilustres como Fernandes Tomás ou José Liberato e tantos outros, que dignificaram o país com os “seus trabalhos e fadigas”, quaisquer que sejam as circunstâncias e os erros, cumpre dizer como J. J. de A. Moura Coutinho: “O mérito de qualquer não se conhece assaz, senão pelas consequências da sua falta”.

José Manuel Martins

Associação Cívica e Cultural 24 de Agosto (Figueira da Foz)

NOTAS

[1] Intervenção na *Sessão das Cortes Constituintes*, dia 14 de Fevereiro de 1821, relativa à liberdade de imprensa, em debate.
[2] *O Campeão Portuguez ou o Amigo do Rei e do Povo*, nº XXXIII, vol. IV, 16 de Março de 1821 e ss; ficaram incompletas estas *Memórias*, pelo regresso de Liberato a Portugal; porém, no *Campeão Português em Lisboa* (1822), José Liberato tem alguns artigos que podem servir de continuação a estas *Memórias*, principalmente os publicados a partir do seu nº1 (6 de Abril; e que continuam ao nº2, 4, 5, 7), com o título *Males que a nossa política regeneração destruiu e bens que ela vai produzindo*.
[3] José Liberato defendia que a ordem tradicional da velha monarquia não era despótica visto que a ideia de liberdade (*Santa Liberdade*) era bem antiga e com direitos políticos assentes nas antigas *Cortes*, por serem "a base de um público e um autêntico Contrato Social entre o rei e o povo"; isto é, para restaurar as Liberdades seria necessário a convocação de uma *Constituinte*, ou *Santa Tábua das Leis*, para "a restituição de suas antigas e saudáveis instituições corrigidas, e aplicadas segundo as luzes do século, e as circunstâncias políticas do mundo civilizado", conforme se lê no *Manifesto* da Junta Provisional do Governo supremo do Reino de 15 de Dezembro de 1820, escrito por Fr. Francisco de S. Luís e depois integralmente transcrito no *Campeão Português*, 16 de Fevereiro de 1821, pp. 446-465.
[4] *O Investigador Português em Inglaterra*, vol. 1 (Julho 1811) ao vol. 23 (Fevereiro 1819), Londres; redactores: Bernardo José de Abrantes e Castro, Vicente Pedro Nolasco da Cunha, Miguel Caetano de Castro e José Liberato Freire de Carvalho (a partir de Janeiro de 1814); O artigo em causa saiu na célebre coluna *Reflexões*, ao vol. XV, Março 1816, pp. 117-122, com título *Assumpto Novo*, continuando a sua análise sobre o tema

"revolução" logo no número inaugural do *Campeão Português* (1819).

[5] E a existir uma espécie de revolução – diz Liberato no *Prospecto* do *Campeão Português* (Julho 1819, p. 7) – "pedirá uma revolução generosa e pacífica, feita pelo seu próprio rei e governo, para que o povo nunca a faça e até mesmo nem a deseje"; sobre o tradicionalismo em Liberato e a sua crítica ao absolutismo, ver Mário Simões Dias, *José Liberato Freire de Carvalho (1772-1855). Sua vida e pensamento*, Lema d'Origem, Março de 2017.

[6] Cf. José M. Xavier de Araújo, *Revelações e memórias para a história da revolução, ….*, 1846, p. 9.

[7] Ver *O Investigador Português*, 1818, vol. 22, p. 80-107, pp. 213-233, pp. 327-335; sobre esta polémica consultar, com proveito, Adelaide Maria Muralha Vieira Machado, *A importância de se chamar Português: José Liberato Freire de Carvalho na direcção do Investigador Português em Inglaterra, 1814-1819*, Lema de Origem, 2019, pp.282 e ss; ver, ainda, Graça e J. S. Silva Dias, *Os primórdios da maçonaria em Portugal*, vol. I, T. II, pp. 615-623.

[8] O opúsculo do frade contra-revolucionário teve uma segunda edição igual à primeira, saindo anónimo; deu origem a análises e refutações nos principais periódicos da emigração londrina: no *Correio Brasiliense* de Hipólito José da Costa, *O Portuguez* de Rocha Loureiro e no *Investigador Portuguez*, pela pena de José Liberato; replicou o frade, de novo sob anonimato, nos opúsculos *Resposta à «Analyse critica dos redactores do Investigador nº LXXXV» contra as Reflexões sobre a conspiração de 1817* …., Parte I (1818, 98 p.), Parte II (1818, 86 p.) e Parte III (1818, 16 p.) – ver Inocêncio F. Silva, *Diccionário Bibliographico Portuguez*, tomo VI, p. 163.

[9] José Liberato, para fundamentar o conceito de regeneração e suster a ideia da existência de uma liberdade bem antiga, estudou as formas constitucionais das antigas Cortes, publicando breves textos nos periódicos que redigiu e expondo copiosa reflexão em

várias obras - ver, principalmente, essa incontornável obra, *Ensaio histórico-político sobre a Constituição e Governo do Reino de Portugal*, ed. Hector Bossange, Paris, 1830. O assunto em torno da Constituição e da importância das Cortes, o seu "desuso" e decadência, apaixonou os nossos jurisconsultos, dando mesmo origem a curiosas polémicas, como a que envolveu Pascoal J. Melo Freire e António Ribeiro dos Santos ("leis do rei" ou "leis do reino"); sobre este assunto (e em especial a questão das Cortes de Lamego) veja-se Rui Albuquerque, *1820 O Liberalismo em Portugal*, Oficina da Liberdade, Lisboa, 2020; consultar, ainda, António Silva Pereira, *O Vintismo: história de uma corrente doutrinal*, Rev. de História das Ideias, vol. 31, 2020, pp. 571-619.

[10] O género memorialístico, se bem que estimado, teve sempre pouco adeptos (e público) entre nós, deixando-nos, entre muita obra anonima, algumas peças curiosas para a narrativa do liberalismo, a saber: *Memórias* de João Pedro Soares Luna (1832), *As Memórias* de Silva Maia (Rio de Janeiro, 1841), *Memórias com o título de Anais* de José Liberato F. Carvalho (1841, 1842), *Apontamento Históricos* de A. B. da Costa Cabral (1844), *Memorias de um preso exilado* por António Barão de Mascarenhas (?) (1845), *Revelações e Memórias* de José M. Xavier de Araújo (1846), *As Memórias da Vida* de José Liberato F. de Carvalho (1855), *As Revelações da minha vida* de Luz Soriano (1860), *Memorias do Tempo passado e presente* de Henriques Seco (1880), Apontamentos *para a vida de um homem obscuro* de Francisco José de Almeida (1880), *Memorias para a vida íntima de José Agostinho de Macedo* por I. F. Silva (1898), *Os Papéis do meu pai* por Eduardo Montufar Barreiros (1904), *Diário* de António Ribeiro Saraiva (1916), *Memorias do Marquês da Fronteira* (1928-1932), *Memórias do Conde de Lavradio* (1932), *Diário da Guerra Civil 1826-1833* de Sá da Bandeira (1975), *Memurandum sobre os acontecimentos do dia 24 d'Agosto de*

1820 de José da Silva Carvalho (publicado por Maria José Mogarro, *José da Silva Carvalho e a Revolução de 1820* (1990).

[11] A esta divisão não há correspondência alguma, evidentemente, com os grupos formados no exílio, durante usurpação de D. Miguel (1828-1834), a saber: o grupo conservador de Palmela, aristocrático e tradicionalista, partidário do liberalismo inglês; o grupo dos radicais ou exaltados, com Saldanha, os irmãos Passos, o coronel Pizarro; e um outro, profundamente tecnicista e reformador, em que se pode englobar Silva Carvalho, Agostinho José Freire ou Mouzinho da Silveira – cf. Marcello Caetano, *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional* (6ª ed.), Tomo II, 1972, pp. 433-434; ainda, Graça e J. S. Silva Dias, *ibidem*, p. 753; sobre os *Homens de 1820*, ver Joaquim Martins de Carvalho n'*O Conimbricense*, 26 de Janeiro de 1884 e que se prolonga por vários números; refira-se que Maria José Mogarro integra José da Silva Carvalho no grupo dos "amigos de D. Pedro" – cf. *José da Silva Carvalho e a Revolução de 1820*, 1990, p. 120.

[12] Vejam-se alguns: o coronel Joaquim Teles Jordão, exaltado liberal de 1820 e defensor da regulação da *Constituição de 1822* pela *Constituição de Cádis de 1812*, comandante da 5ª divisão realista em 1826 e um fanático acólito miguelista, odioso governador da *Torre de S. Julião da Barra* (o mesmo se passou com Manuel Pinto da Silveira), onde tantos liberais perversamente morreram, e que sendo reconhecido pelas tropas constitucionais do Duque da Terceira, na debandada final da batalha da *Cova da Piedade*, em 1833, foi ali mesmo "cruamente morto na praia"; o *desembargador dos Agravos*, José Ribeiro Saraiva, um dos juízes que em 1817 proferiu a bárbara sentença e "legalizou" o martírio de Gomes Freire de Andrade e dos companheiros, foi deputado constituinte pela província da Beira, signatário da Constituição, conselheiro de Estado pela *Vilafrancada*, signatário do *Assento dos Três Estados do Reino em cortes de D. Miguel*, pelo *Braço da Nobreza*, em 11 de Julho de

1828, e pai de António Ribeiro Saraiva, importante contra-revolucionário miguelista; o 1º Visconde de Molelos, Francisco Paula Tovar de Albuquerque, que depois de assinar a *Constituição* aparece à frente da contra-revolução miguelista, na Guarda, e em 1833 comanda a divisão no Alentejo contra as forças liberais do Duque da Terceira; o magistrado José Joaquim Rodrigues de Bastos, deputado e secretário à *Constituinte* pelo Minho, deputado às *Cortes Ordinárias* seguintes, onde sempre manifestou tomadas de posições radicais quase a roçar o republicanismo, tendo jurado a *Constituição de 1822*, abraçou a *Carta de 1826*, aderindo ao governo de D. Miguel, tendo sido nomeado pela infanta D. Maria, em 1827, intendente geral da polícia da *Corte*, iniciando uma época de "caça" aos liberais, com auxílio de conhecidos "delatores", e que, com a vitória do constitucionalismo, se retirou da vida política dedicando-se à escrita de romances religiosos, sendo-lhe atribuído a autoria do curioso opúsculo biográfico sobre a infanta D. Isabel Maria, que saiu anónimo; o desembargador da *Casa da Suplicação* e avô do historiador Oliveira Martins, Joaquim Pedro Gomes de Oliveira, em cuja casa esteve escondido Manuel Fernandes Tomás quando veio a Lisboa organizar a revolução, e que foi depois membro da *Junta Provisional Preparatória das Cortes*, secretário dos negócios do reino, membro do *Conselho de Estado*, enfim com altos cargos até à *Constituição* e que serviu mais tarde, sem honra, o governo do usurpador D. Miguel.

[13] Não deixa de ser curiosa esta questão em torno da *Carta* e que estabeleceu dissídios entre os primeiros liberais que juraram a Constituição de 1822. E, na verdade, muitos foram esses ridentes liberais.

[14] Sobre esta questão, ver António Henriques Gaspar, intervenção proferida, na Figueira da Foz, em 24 de Agosto de 2017, na *Homenagem a Manuel Fernandes Tomás e à Revolução de 1820*.

O
CAMPEAÕ PORTUGUEZ,

OU

O AMIGO DO REI E DO POVO.

16 de MARÇO, 1821.

. . . . . Naõ deixe em fim de ter disposto
Nimguem a grandes obras sempre o peito;
Que por esta, ou por outra qualquer via,
Naõ perderá seu preço, e sua valia.

CAMOENS, Lus. C. V. St. 100.

Memorias para a Historia de nossa brilhante, e gloriosa Regeneraçaõ de 24 de Agosto de 1820.

"LEO o Senhor Deputado *Soares Franco* um projecto de "Decreto para se justificarem os acontecimentos de 24 de "Agosto e 15 de setembro, declarando, que as Cortes saõ "consequencia delles: *que saõ benemeritos da Patria* os que "realizaram empreza taõ louvavel: e se nomeasse uma Com-"missaõ para o exame do Projecto."

"Sessaõ 2ª. das Cortes, em 27 de Janeiro, 1821."

Quando no Congresso augusto da Naçaõ apparece um illustre Deputado que pede sejaõ solemnemente

O
CAMPEÃO PORTUGUEZ
OU
O AMIGO DO REI E DO POVO
16 de MARÇO, 1821

***Memórias para a História da nossa brilhante e gloriosa Regeneração de* 24 *de Agosto de* 1820**

"Leu o Senhor Deputado *Soares Franco* um projecto de Decreto para se justificarem os acontecimentos de 24 de Agosto e de 15 de Setembro, declarando que as Cortes são consequência deles, que são *beneméritos da Pátria* os que realizaram empresa tão louvável e se nomeasse uma Comissão para o exame do projecto".

Sessão 2ª das Cortes, em 27 de Janeiro de 1821

Quando, no Congresso augusto da Nação, aparece um ilustre Deputado que pede que sejam solenemente sancionados os acontecimentos felizes dos dias memoráveis de 24 de Agosto e de 15 de Setembro de 1820 e sejam declarados beneméritos da Pátria os nobres cooperadores de tão glorioso e arriscado feito, parece

estar chegado o tempo, senão de escrever já a história completa deste acontecimento magnífico, ao menos de ir consagrando pela escritura muitos factos interessantes que sirvam de Memórias para o futuro historiador. Tal é pois o nosso caso. Não pretendemos, por certo, escrever a história de nossa Regeneração política mas tão-somente dar publicidade a muitos factos e nomes que nela eminentemente figuram. E quando, no primeiro e mais augusto tribunal político da Nação, já se lhe começou a dar honrosa publicidade, não se deve levar a mal que um escritor público siga tão nobres exemplos. Para esclarecimento da matéria, brevemente exporemos qual era o estado de Portugal antes do dia 24 de Agosto, porque se o tivermos sempre diante dos olhos, mais fácil nos será formar um juízo desapaixonado dos sucessos daquele dia memorável.

Estado de Portugal desde o fim do ano de 1807 até 23 de Agosto de 1820

O fim do ano de 1807 é um exemplo fatal que nunca deve esquecer aos Portugueses, tanto para constantemente se lembrarem dos calamitosos efeitos de um governo monstruoso e despótico, como para, de hoje em diante, estarem sempre alerta e nunca mais consentirem na impune espoliação de seus inalienáveis direitos e foros políticos. Depois de mais de doze anos de ameaças de uma invasão estrangeira e ainda depois das primeiras hostilidades em 1800, o governo Português, ou os ministros que compunham a administração pública, haviam sido tão corruptos ou ineptos que nem haviam estabelecido bases sólidas de paz, nem se tinham preparado para a guerra. Um dia *Franceses* e outro dia *Ingleses*, sem nunca serem *Portugueses* e nutrindo-se de esperanças, ora estultas, ora criminosas, davam-se a todos os excessos dessa

viciosa corrupção que particularmente distingue os governos arbitrários.

Desta sua estúpida indiferença foram, porém, obrigados a sair com a entrada das tropas francesas em Portugal e com sua aproximação a Lisboa. Então, uns por vontade, outros por necessidade, clamam que só há salvação na fugida, mas concordam todos em espoliar-nos antes de partir. Agarram tudo quanto podem e, carregados dos despojos da Nação que deixam entregue ao inimigo, se vão abrigar em nossos navios e neles levam todas as esperanças da Pátria, arrastando consigo um trono espedaçado e as augustas pessoas que o ocupavam.

Na história escandalosa de todos os governos do mundo, talvez não hajam dois exemplos de infâmia tal como essa por que então nos fizeram passar os públicos agentes de nossa política administração. Sim, têm-se visto governos fracos ou estultos não tomarem as precauções necessárias para resistir a uma invasão inimiga e portanto serem vencidos quando houveram de sair vencedores. Porém, nunca se viu um governo como o nosso em 1807 que, sem dar a mais pequena providência ou para a paz ou para a guerra, deixasse chegar o inimigo até às portas da capital e então, cobardemente, fugisse e ainda mais cobardemente ordenasse ao brioso povo que desamparava, que este recebesse com a hospitalidade de amigos os ferozes agressores de sua independência! Em verdade, os prejuízos que nos causou a escandalosa administração de 1807, nada são quando comparados com a vergonha porque nos fizeram passar, na entrega que de nós fizeram ao inimigo, sem nos consentir queimar contra ele um único cartucho! Se ao menos houvéssemos sido vencidos num campo de batalha, ainda que por culpa dos nossos governantes, coisa triste seria mas não vergonhosa. Porém, manietar os nossos braços e entregar-nos depois aos nossos inimigos foi, com efeito, uma dessas infâmias com que talvez nenhum governo do mundo ainda se tenha maculado.

Felizmente para Portugal, a vaidosa enfatuação de seus invasores produziu a mui próxima ruína destes, e o desengano e a liberdade do primeiro. O sonoro brado da resistência Espanhola retumbou com grande efeito ao longo das margens do Douro, e na nobre cidade do Porto, já desde então pelo Céu destinada para tão brilhantemente figurar em 24 de Agosto de 1820, se deu o primeiro decidido sinal da queda de nossos estultos tiranos. Esta queda se lhes preparou nos fins do ano de 1808 nos campos *do Vimeiro* e aí, como em *Bailen*, começou a fortuna a desamparar as armas francesas na Península.

Não se lhes acabou, contudo, a sua boa fortuna sem primeiro terem corrido todos os azares de mais de cem combates e vinte batalhas e por duas vezes haverem ainda infrutuosamente invadido Portugal, a primeira em 1809 e a segunda em 1810. Foi, por consequência, necessário ao brioso povo Português fazer esforços incríveis, passar por sacrifícios espantosos e sofrer calamidades horrorosas pelo espaço de sete anos, em que contra nós durou a assassina guerra *Napoleónico-Francesa.* Nesses sete anos, não só a briosa Nação Portuguesa reconquistou a sua independência nacional, porém *generosamente* restituiu ao seu Rei, refugiado no Brasil, um trono e uma Coroa que ele havia abandonado em mãos de inimigos sem o mais pequeno acto de uma justa e natural resistência. Pelos cortesãos de palácio e os aduladores do poder, foi essa retirada de El-Rei, então Príncipe Regente, aplaudida com todos os pútridos e nauseantes incensos da lisonja. Mas a história imparcial, que na mesma balança pesa sem contemplações e sem medo as obras dos Reis e vassalos, ainda um dia dirá que o conselho que a produziu, quando não fosse criminoso, foi ao menos eminentemente covarde. Não criaram as Nações os Reis ou os Príncipes para tão-somente viverem uma vida regalada debaixo de tectos dourados, em sumptuosos e magníficos palácios. O seu ofício e o seu dever são defender os povos que tão grandiosamente os nutrem e não os desamparar na hora da infelicidade e do perigo. Que se diria do General que, vendo todo o seu exército a cair na

mão do inimigo, se retirasse, fugindo do campo de batalha sob o miserável pretexto que ia recrutar um novo exército em posições retiradas? Se um exército morre, porque não morrerá com ele o General? E se uma Nação está a ponto de perder a sua independência, porque se não há-de achar com o Rei à sua frente, determinado a com ela vencer ou morrer?

Qualquer que seja, porém, a sentença que a posteridade haja de dar sobre essa precipitada retirada para o Brasil, não pode a mesma sentença ser duvidosa ou equívoca acerca dos prodigiosos sacrifícios que fez a nobre Nação Portuguesa e do heróico patriotismo que mostrou em tão porfiosa, devastadora e longa guerra. Tudo o que se conta de Gregos e Romanos não é superior em bizarria e amor da Pátria ao que fizeram (os) Portugueses desde o ano de 1808 até 1814. Quando se considerar que, numa extensão de mais de cinquenta léguas, os habitantes das cidades, vilas e aldeias desamparavam voluntariamente as suas casas, queimavam e destruíam as suas propriedades, só para que os invasores não encontrassem diante de si senão devastação e desertos; quando ainda se refletir que uma cidade, por exemplo como *Coimbra,* em menos de vinte e quatro horas, se viu completamente despejada e vazia, o que não só espantou mas aterrou o inimigo, incapaz, como depois se viu em 1814, de executar tão nobres feitos de heroísmo e amor da Pátria; e quando finalmente se meditar que o mesmo heróico povo Português sustentou com o resto de suas fortunas uma guerra de sete anos, conservando sempre em abundância um erário que a passada administração fugitiva tinha deixado espoliado e vazio; e na mesma guerra prolongada morreram por sua Pátria e por seu Rei mais de quatrocentos mil habitantes, quer pelo ferro inimigo quer por enfermidades e miséria - qual será o vindouro, ou Português ou estranho, que deixe de confessar que tais façanhas portuguesas são superiores às Gregas e Romanas e que o governo que tão ilustre povo desamparou foi o mais corrupto, miserável e indigno de quantos têm feito as desgraças das nações?

E tudo isto fez a nação Portuguesa, por assim dizer, sem governo que a animasse e dirigisse, porque todos esses homens que, depois da retirada da corte para o Brasil, estiveram em Portugal com o título de governadores do reino, ou foram seus tiranos ou algozes. Para melhor ilustrarmos o assunto alguma coisa será preciso dizer dessas duas dinastias de governadores de Portugal, a primeira das quais só se fez famosa pela vergonhosa entrega que fez do reino aos nossos inimigos e a segunda pelos multiplicados actos de inépcia, ingratidão e despotismo para com um povo o mais leal, o mais nobre e o mais patriótico da terra, até que, a exemplo dos seus antepassados, também fez uma entrega covarde da sua monstruosa administração, não a estranhos e inimigos, porque esses lha não vieram pedir, porém aos Regeneradores e Salvadores da Pátria que de tão iníquo e infame jugo a livraram, nos memoráveis e faustos dias de 24 de Agosto e de 15 de Setembro do ano de 1820.

A primeira dinastia de que falámos compunha-se dessa gente que, à pressa e já no mesmo acto da fugida, nos foi deixada como em testamento para nos governar, pela outra gente que fugia e não parou senão nos desertos do Brasil, porque tal era o seu susto que até nas ilhas ainda se não teve por segura. Seu reinado porém foi muito curto e só pode e deve figurar na história por dois actos que foram, um de suma baixeza e outro de suma malignidade e despotismo. No mesmo dia da sua instalação foi ocupada Lisboa por uma parte do exército invasor e ainda que aparentemente parecesse ter o novo governo alguma autoridade, nenhuma de facto ele teve, porque por adulação ou por medo não fez mais do que lhe foi ordenado pelo quartel-general inimigo. Mas esta farsa política só apenas dois meses durou e no fim deles, quase à ponta da espada, foi posto pela porta fora da casa aonde havia colocado o seu trono. O acto de baixeza a que aludimos foi aqui mui notável, porque sem nenhuma resistência legal ou sem um protesto ao menos que solenemente declarasse a violência que se lhe fazia, entregou não só os seus privativos poderes, porém a mesma

independência e destinos da Nação, que por dever era obrigado a defender por todos os meios em tais casos praticados.

Em todo o tempo da dominação Francesa foram os ex-governadores servos fiéis do novo poder, prestaram-lhe absoluta obediência e não só cumpriram com ela mas até aceitaram empregos da mão de quem os havia politicamente assassinado. Se algum houve sem ser empregado, não foi por certo porque o recusasse mas porque foi havido por inábil ou inepto e como tal desprezado pelo governo usurpador. Sirva para exemplo *Miguel Pereira Forjaz,* este famoso indivíduo, que tão conspicuamente tem figurado na história de nossas desgraças, se não teve emprego, durante a administração usurpadora, foi porque sendo chamado à presença de *Junot* em qualidade de Inspector de Milícias, houve-se aí com tanta estultícia que só mereceu escárnio e desprezo. Daqui nasceu todo o seu futuro patriotismo e daqui resultou toda a boa parte que tomou no célebre Protesto contra a *Convenção de Sintra.*

Apesar de tais factos, que são inegáveis, logo que a invasão Francesa acabou pelo levantamento geral da Nação, no qual nenhuma parte tiveram esses governadores, quiseram eles, como de direito, reassumir a antiga autoridade que covardemente haviam perdido. Não se lhes opôs a Nação, nobremente generosa e que nada mais tinha então em vista senão vingar-se das injúrias estranhas. Mas é aqui que se descobre o outro facto, que classificámos de suma malignidade e despotismo. Por influência *de Bernardim Freire, Aires Pinto de Sousa e D. Miguel Pereira Forjaz,* o último dos quais quis entrar no lugar do *Conde de S. Paio,* como secretário do governo, manchou-se indignamente a fidelidade, por adesão ao governo Francês, do virtuoso e exemplar *Principal Castro,* do honrado e benemérito *Conde de Sampaio* e de *Pedro de Melo Breyner.* Assim, o primeiro acto do novo governo ressuscitado foi *setembrizar* três dos seus colegas, porque em Setembro de 1808 teve ele a honra de ser instalado por um

general inglês e de se sentar sobre os cadáveres políticos das três vítimas, acima mencionadas.

Muito claramente fica pois demonstrado que esta primeira Regência, ou primeira dinastia dos governadores de Portugal, nada fez a favor do povo que devia proteger, antes traiu os seus deveres e os direitos da Nação, entregando-a sem resistência legal a um poder estrangeiro e depois cobrindo as suas baixezas e suma cobardia pelo vergonhoso delito com que infamou e despediu os seus colegas, sem para isso estar autorizada, nem pelo Rei nem pelo Povo, apesar de só a ambos dever o que era. Desta forma, nada concorreu esse efémero e desprezível governo para todos os prodígios de valor e lealdade que o brioso povo português executou no ano de 1808. No fim deste mesmo ano começou a administração da segunda dinastia em consequência dos sucessos que ficam referidos e entrando então a heróica Nação portuguesa na longa série dos seus maravilhosos trabalhos para consolidar a sua independência, justo é que se saiba a parte que neles tiveram os novos governadores e como neles a auxiliaram. Para maior clareza dividiremos o reinado de nossos tiranos em duas épocas: a primeira desde o fim de 1808 até o fim de 1814, a segunda desde este último período até 24 de Agosto de 1820.

Nada era mais natural do que ver o novo governo, ao entrar na sua nova carreira política, dar os agradecimentos à Nação pelo patriotismo que havia mostrado e exortá-la a uma mútua concórdia e união, a fim de que, assim reunida por um único sentimento e vontade, mais fácil e vigorosamente pudesse resistir aos novos ataques do inimigo, que muito eram de esperar e temer. Não aconteceu porém desta forma. O primeiro acto atroz da sua administração foi armar uma parte da Nação contra a outra, promover intrigas e denúncias sob pretexto de uma ou outra afeição ao inimigo, esse mesmo inimigo a quem eles governantes mais que todos serviram; soprar ódios e vinganças infames e, numa palavra, dividir por estes meios insidiosos os Portugueses entre si para melhor os fazerem escravos, como de facto fizeram depois.

No entanto, o governo intrigante e tirânico, ocupado desde Setembro de 1808 em mandar cantar *Te Deum* e em fomentar toda a espécie de ódios pessoais, entregue além disso a uma estúpida segurança, não se aproveitava das boas disposições da Nação para organizar um exército e só maliciosamente fingia querer armar o povo *em massa*, quando já *Soult* penetrava pelo norte de Portugal em Fevereiro de 1809. A consequência desta monstruosidade foi que, depois de mil calamidades, filhas de uma horrorosa anarquia, o exército invasor entrou quase sem resistência no Porto, que por três dias pôs a saque.

Mas eis aqui a primeira dificuldade em que o nosso bárbaro e estúpido governo se via e necessário lhe foi justificar-se perante a Nação deste novo desastre. Para o fazer, recorreu às mesmas artes que sempre praticara e as quais eram a ilusão e a tirania. Publicou que só a traição de Portugueses abrira as portas do Porto ao inimigo e para melhor o provar como certo, ordenou as tenebrosas prisões da noite de 30 de Março de 1809, em *quinta-feira santa*! Como se uma dúzia de vítimas, residentes todas em Lisboa, pudessem haver tido a mágica virtude de prender os braços ou descarregar as armas dos que, a mais de cinquenta léguas de distância, estavam postados para resistir ao inimigo!

Os sucessos do Porto aterraram a Nação e com mais justa causa o Ministério Britânico, que já entrava a olhar Portugal como a primeira linha de defesa de Londres. Nestas circunstâncias, a administração e a direcção da guerra foram tiradas ao inepto e tirânico governo e este, sem se envergonhar, depois de haver recebido as ordens de um soldado de Napoleão, foi forçado ainda a sujeitar-se ao estranho comando de um soldado Britânico. Porém, as dificuldades da Nação eram extremas e como ela visse que nada podia esperar da inteligência e energia de seu próprio governo, de boa mente consentiu em ser dirigida pelos conselhos e prudência de seu aliado. A verdade é que, depois que o Ministério Britânico tomou a seu cargo a direcção da guerra em que estávamos empenhados e os Portugueses consentiram em ser

conduzidos ao campo da honra e da glória por oficiais estrangeiros, a fortuna militar veio abrigar-se debaixo das nossas bandeiras e nós levámos sempre de rojo o inimigo com a ponta da espada até muito dentro de suas próprias fronteiras.

As disposições da Nação portuguesa não podiam ser melhores. Logo, se delas não tirou o inepto e tirânico governo que nos oprimia todas as vantagens que os nossos aliados tiraram, só culpa foi dele, que pelas suas tiranias e consumada ignorância se não soube aproveitar de tão nobres instrumentos. Aqui mesmo recebeu grande injúria o nosso carácter nacional e nesta injúria só teve parte o misérrimo governo que nos insultava, porque com tão excelentes proporções fez com que o nobre povo português não figurasse como devia em tão gloriosa causa e nos roubou toda a honra que devíamos ter, se por nós mesmos só fizéssemos o que tão brilhantemente executámos, comandados e dirigidos por estranhos.

Se para os nossos altos feitos militares nada concorreu a estúpida e bárbara Regência que estava incumbida de nos governar, não mais concorreu ela por algumas judiciosas medidas para que pudéssemos sustentar as extraordinárias despesas que tão custosa e prolongada guerra tornava necessárias. Nesta parte, também o patriotismo e lealdade da Nação supriram a deficiência conhecida de talentos e virtudes dos nossos desprezíveis governantes, porque o povo português, sem murmurar, dava tudo quanto tinha, quer sob a denominação de tributos extraordinários de guerra, quer por efeito desse bárbaro sistema de *embargos e aboletamentos.* Por esta forma se vê que nem para o regulamento do exército, nem para a direcção das operações militares e nem para as despesas da guerra deveu coisa alguma o tiranizado Portugal aos seus ferozes e ignorantíssimos governantes.

E que faziam então esses infunados tiranos? Estavam porventura ociosos? Não, oxalá que antes o estivessem! Continuavam a excitar dissensões domésticas entre os

portugueses, insultavam e difamavam a sua própria Mãe e Pátria comum, declarando ao mundo todo que tinha filhos traidores, quando Lord *Wellington* em ofícios para o seu governo abertamente confessava não haver topado com *um único traidor*! Para provar as suas calúnias, esses mesmos sanguinários governadores de Portugal recorreram ainda em 1810 a um segundo atroz procedimento, como o de 1809, porém mais cruel, mais feroz, e mais bárbaro em sua execução e efeitos do que o fora o primeiro. Vimos já como em 1809, ao entrar *Soult* no Porto, para darem razão daquele acontecimento muito natural, recorreram às ímpias prisões de *Quinta Feira Santa*. Agora em 1810, quando *Massena* se aproximava das *Linhas* e de Lisboa, o único plano de defesa concebido, feito e executado por eles, foi essa desnecessária, inumana e escandalosa operação que em todos os séculos futuros conservará o nome horroroso de *Setembrisada de* 1810! Pelo acto destas prisões que compreenderam cidadãos de todas as classes e mais ainda pelo modo bárbaro e atroz como foram executadas, sentiram Lisboa e o Reino um pavoroso terror e os estrangeiros que dirigiam os nossos negócios militares, confusão e vergonha, exigindo por isso que os bárbaros algozes de tal execução expressamente declarassem que as autoridades britânicas nenhuma parte haviam tido na enormidade deste despótico atentado. Assim o fez o covarde governo, escravo de estrangeiros e tirano de seus naturais. E não ficou só aqui, porque até ainda declarou que nenhuma de suas vítimas tinha incorrido em crime de traição contra a Pátria e que só haviam sido presas por uma simples providência de polícia! De maneira que só esta declaração marca com carácter indelével a tirania dos algozes e a inocência das vítimas. Assim mesmo, esses inocentes proscritos nunca puderam encontrar nem comiseração nem justiça, pelo espaço de dez anos, nos seus inexoráveis perseguidores e foi preciso um 24 de Agosto de 1820 para acabar com os seus tormentos e com os da Nação!

Temos visto que desde 1807 até 1814, época da paz com a França, em nada concorreram para as nossas vitórias e menos ainda para o nobre patriotismo que as produziu, esses homens indignos, que só de nome se podiam chamar Governadores de Portugal. Bem pelo contrário, fizeram eles quanto puderam com as suas tiranias para assassinar esse mesmo patriotismo. A sua administração foi simplesmente a de carcereiros e algozes, e como Cila semearam desejos e esperanças que não podiam morrer e, mais cedo ou mais tarde, deviam produzir o acto natural de reacção da liberdade contra a tirania. Vejamos agora qual foi seu comportamento desde 1814 até 1820. O brioso povo português, à semelhança de um intrépido e constante atleta, não havia dado fé das suas feridas nem do imenso sangue que havia derramado durante o seu longo e porfioso combate. Mas ao despir as armas, não lhe foi então possível desconhecer as chagas de que estava coberto e a fraqueza que o consumia. Achou-se com a sua povoação enormemente diminuída, viu os seus campos talados e desertos e, sobre montões de ruínas espantosas de muitas aldeias, vilas e cidades, descobriu ainda o fumo dos bárbaros incêndios que as haviam devorado. Um governo que merecesse tão honroso nome, olhando para tamanhas desgraças da Pátria, por certo nada tomaria tanto a peito como aliviá-las, quando as não pudesse curar. Principiaria por consolar a leal e nobre Nação que tantas e tão extraordinárias perdas havia sofrido, e as melhores consolações que pudera dar-lhe seriam tratá-la com doçura, administrar-lhe justiça imparcial, promover a sua indústria e agricultura arruinadas, estabelecer em todos os ramos administrativos uma rigorosa economia, a fim de por ela diminuir, quanto coubesse no possível, os encargos do público. Que fizeram porém os denominados governadores de Portugal? Agravaram por todos os excessos de um estulto e feroz despotismo e por todos os desacertos de uma criminosa, corrupta e devassa administração os dolorosos males que deveriam remediar.

Continuaram no abominável sistema da desconfiança e espionagem, e com medo que os gritos do povo se fizessem ouvir, acabaram logo com essa pequena liberdade de imprensa, que só por um refinado egoísmo haviam permitido no tempo da guerra. Assim, não só a assinaram dentro do reino, reduzindo todos os conhecimentos da nação Portuguesa a seu *Alcorão político*, a insignificante e servil *Gazeta de Lisboa*, mas declaram guerra de morte a todos os escritos portugueses impressos em países estrangeiros. Para se conhecer o tenebroso ciúme com que viam qualquer raio de luz que pudesse descobrir a monstruosidade do sistema que tenazmente seguiam, bastará lembrar os motivos porque proibiram a circulação de dois números do *Investigador Portuguez**, apesar de, ainda nesse tempo, ser aquele jornal protegido pela corte do Rio de Janeiro, que dele também afinal estultamente se vingou por insinuações do mesmo governo de Lisboa, pelos desejos da legação de Londres e pelas patrióticas denúncias do patriótico e mui verdadeiro *Correio Braziliense*.#

* No primeiro, que é o Nº 77, havia um artigo sobre as causas das revoluções, e nele se mostrava que elas se originavam não dos escritos dos filósofos, porém dos desacertos dos governos. No segundo, que é o Nº 91, havia uma análise jurídica da ilegalidade das sentenças dadas contra o Marquês de *Loulé* e o Conde de *S. Miguel*.

O *Investigador* entrou a desagradar em Londres, Lisboa e Rio de Janeiro desde o princípio do ano de 1816, época em que nele começaram a aparecer algumas verdades francas e enérgicas. Contudo, o que nele mais escandalizou, foi certa *defesa de Portugal* e a *publicação das Cortes*. Nesta última parte, por uma notável singularidade, defendia *o Correio Braziliense* as máximas da Legação de Londres e dos governos de Lisboa e Rio de Janeiro! A publicação das Cortes, ou sirva de honra ou vitupério, é obra exclusiva de José Liberato Freire de Carvalho.

Depois que os funestos governadores de Portugal estultamente imaginaram que tinham posto a nação às escuras, deram-se logo, sem peso nem medida, a todos os delírios do poder arbitrário. Para o manterem, concederam amnistia geral a todos os crimes e a todos os delitos, com tanto que só fossem cometidos pelos adoradores do seu tirânico poder. Assim viu Portugal, nesse famoso reinado dos *Cinco Tiranos*, vender-se descarada e impunemente a justiça, converterem-se os tribunais mais augustos do reino em leilões públicos de vendas e compras de honra, vidas e fazenda, e não só tolerar-se, mas até premiar-se com empregos distintos, o roubo escandaloso e provado das mais importantes rendas públicas, como aconteceu depois da famosa devassa da alfândega grande de Lisboa. Para suprir estes abomináveis desfalques na riqueza do Estado, necessário foi então recorrer a monstruosos sistemas fiscais e o povo que, depois de tão longa guerra e tão duras calamidades, devia ser aliviado foi, em vez disso, mais barbaramente oprimido. Recorreram ao falaz estratagema dos empréstimos. Porém, como o povo já tinha perdido toda a confiança em tão monstruosa administração, passou esta, por abuso inaudito de poder, a exigir *empréstimos forçados*, tendo a audácia de mandar, para este fim, avaliar os bens dos cidadãos! Mas a resolução do povo foi desta vez mais poderosa que o poder da tirania e nunca a esta foi possível realizar sua espoliação intentada. Os briosos portugueses já mostraram aqui que não só eram capazes de auxiliar a nossa Regeneração de 24 de Agosto de 1820, mas que até a desejavam!

Por meio deste arbitrário e monstruoso sistema, toda a confiança pública ia gradualmente morrendo e os capitalistas, por necessidade, entesouravam ou escondiam (os) seus cabedais para os não verem roubados com facas aos peitos. Saindo, por consequência, da circulação grandes somas que nela deviam entrar se houvesse probidade, economia e inteligência no governo, e passando todos os dias para os países estrangeiros e Brasil outras somas enormes em virtude da desastrosa política daquele

ministério de Ultramar, de que ainda em pouco falaremos. A moeda devia reduzir-se, como de facto se reduziu, a uma escassez espantosa. Estas circunstâncias, juntas com a escandalosa infidelidade que era permitida e premiada em todas as públicas administrações de fazenda, fizeram ainda que se não pagasse a ninguém, e até mesmo a esse brioso exército, que tão valentemente havia salvado a pátria e agora ou morria de fome, ou andava pedindo esmolas nas ruas. Não se pagando portanto a ninguém, quer no ramo civil, quer militar, e não ousando ninguém especular para não dar a entender que tinha dinheiro, faltaram até os indispensáveis capitais para cultivar a terra. E o lavrador, entre o desespero e as lágrimas, desamparava a charrua e o arado, não só porque não tinha dinheiro para a cultura de seus campos, mas porque sabia que ainda quando os pudesse cultivar não acharia depois quem, pela compra dos frutos, recompensasse o seu trabalho. Assim, o heróico Povo Português ia morrendo de fome, ainda entre montões de trigo que não podia comprar, bem como esse *Midas* da fábula, a quem entre montões de ouro era vedado um pedaço de pão para comer. Para remediar esta falta, o brutal e estúpido governo abria os portos de mar e as fronteiras de terra a todos os grãos estrangeiros, aumentando assim a escassez e a fome com essa abundância fictícia e imitando desta arte a estupidez do selvagem que, para encher a barriga em um só dia corta e lança por terra a árvore de que por muitos dias se podia alimentar. E, com efeito, era o caso inteiramente semelhante, porque quanto mais trigo e milho entrassem em um ano e produzissem temporária abundância, mais terras nossas deviam necessariamente ficar sem cultura no ano seguinte.

Para sermos sinceros e verdadeiros, como sempre desejámos ser, necessário é declarar que nos males e desgraças de Portugal não tiveram só parte os governadores do Reino, porém para eles e para elas também muito igualmente concorreu o corrupto e ignorante ministério do Rio de Janeiro. Todavia, a mesma verdade pede que se diga, haverem sido nesta parte muito mais criminosos

os governadores de Portugal do que o mencionado ministério, porque este último não presenciava nem via com seus olhos (as) nossas profundas e incalculáveis misérias, e aos primeiros, pois que as presenciavam e viam, competia energicamente protestar contra elas e resignar seus empregos, em desagravo da Nação quando (os) seus protestos não fossem dignamente atendidos.

A mesma gente que havia feito a nossa desgraça na Europa, não podia, por certo, fazer a nossa felicidade, só porque havia mudado de meridiano e de clima. Com os mesmos vícios e com a mesma corrupção, (os) seus frutos deviam ser tão perniciosos e fatais quer produzidos na Europa, quer no Brasil. Assim vimos, como primeiro acto de hostilidade contra a Mãe Pátria, o ilustre Portugal, e na mesma ocasião em que tão nobremente repelia os ataques brutais das hostes inimigas, as estipulações e assinatura desse longo e monstruoso Tratado de Comércio de 1810, no qual de sangue frio e só com alguns traços de pena se decretou o assassínio de toda a indústria e prosperidade de Portugal. Indubitável é que os covardes e ignorantes ministros que o estipularam e assinaram tinham a causa de Portugal como perdida, e por isso parece que só o consideraram como feito para operar no Brasil. Porém, esta circunstância, que seus defensores tomam por desculpa, forma em nossa opinião o maior corpo de delito contra os fabricadores de tal tratado. Essa mesma desconfiança que mostraram do nosso brio, (do) nosso valor e lealdade, indica claramente (a) sua covardia pessoal e foi uma desafronta de que nunca a Nação Portuguesa se deve esquecer. A antiga Fábula, que encerrara na misteriosa *buceta de Pandora* todas as felicidades humanas, havia-lhe depositado no fundo, como coisa que nunca dele se podia separar, a consoladora medicina em todos os desastres humanos, isto é, a *Esperança*. De sorte que ainda quando, incautamente aberta a misteriosa buceta, dela escapassem todas as felicidades humanas, sempre no fundo lá ficava cravada a *Esperança,* a consolação e conforto em todas as desgraças! Ainda mais: o Cônsul *Varrão,* ainda depois de haver perdido a desastrosa batalha de *Cannas,* só porque não desesperara

da causa da República, teve os solenes agradecimentos do Senado Romano em nome do *Povo Rei*, o senhor do género humano! Porém, tão nobres ideias ou tão elevados sentimentos não podiam caber em cabeças e peitos de homens como os que então dirigiam os negócios na Corte do Rio de Janeiro.

Não contente o mesmo ministério, com dar por aquele funesto tratado tão inaudita preferência a todos os produtos estrangeiros, em directa ruína e aniquilamento de toda a prosperidade de Portugal, agravou ainda, insensato e cruel, todos os males desse ruinoso tratado, carregando os produtos de Portugal importados no Brasil, com direitos superiores aos que pagavam certos produtos estrangeiros. Mas, coisa bem rara de acreditar-se (!), à proporção que nos extinguia as primeiras fontes de todas as riquezas, exigia ainda de nós multiplicados e bárbaros sacrifícios. Diminuiu a nossa povoação, já tremendamente exausta com as perdas e consequências da guerra, arrancando de Portugal por violência e por força muitos mil valentes soldados, ainda quando não tinham de todo fechadas as ilustres cicatrizes das feridas que haviam recebido nos campos da honra. E para chegarem ao cume de toda a barbaridade e despotismo, nos obrigaram ainda a pagar, *cada dia, dois contos de reis em metal* para pagarem esses mesmos soldados, vítimas inocentes das ambições do Brasil, ambições que, além disso, trouxeram quase a ruína total de toda a marinha mercante Portuguesa! Com estes desfalques constantes e sempre progressivos e com outros mais, de diversas e quase infinitas espécies, que eram as consequências de todas as particulares remessas de dinheiro para a Corte, o resultado para Portugal devia ser cada vez mais funesto. Assim se ia (a) nossa misérrima e desgraçada Pátria quotidianamente definhando e nela cresciam o descontentamento e os irresistíveis desejos de remediar tantos males. Nem era possível que de outro modo acontecesse, porque não está no poder do algoz descarregar o golpe e fazer com que a sua vítima o não sinta. Portugal sentia-o e quis resistir-lhe.

Os primeiros sintomas desta natural e absolutamente necessária resistência, descobriram-se em Portugal no meado do ano de 1817 e se deram eles a conhecer por meio de uma certa associação que para esse fim se havia particularmente formado. Suas medidas, quando não judiciosas e ainda menos felizes eram, sem contradição, patrióticas e tinham por fim livrar a pátria dos seus tiranos subalternos e desse jugo de ferro que, para vergonha de Portugal, andava ainda pesando sobre as nossas cabeças por direcção e influência de um estrangeiro. Mas o seu projecto foi descoberto e longe de ser abafado com a prudência e moderação que as graves circunstâncias do público e universal descontentamento pediam, foi, pelo contrário, instigado por todas as artes infames para assim haver lugar de fazer correr o sangue em torrentes e com elas nos aterrar e emudecer. Portanto, muito se cuidou em ilaquear sistematicamente as vítimas e depois que uma bárbara política as houve bem enredadas dentro do laço, atirou ferozmente com seus corpos às forcas, com seus cadáveres às chamas e com suas cinzas ao mar. Nem para uma só houve essa clemência que o interesse do despotismo, já não dizemos a humanidade, exigia. Tudo neste caso foi monstruoso e atroz: denúncias, processo, sentença e execução! *Os cinco tiranos* de Lisboa e talvez os tantos ou quantos do Rio de Janeiro tiveram, com efeito, para si, que *nas fogueiras do Campo de Santa Ana* tinham queimado para sempre a consciência da Nação Portuguesa! Enganaram-se: o mais eficaz defensor da liberdade das nações sempre foi e será sempre um desordenado, estulto e feroz despotismo. A liberdade Grega e Romana ressuscitou dentre os cadáveres que a tirania levava aos cadafalsos. O mesmo sucederá irremediavelmente na Europa moderna e o mesmo já aconteceu entre nós no dia glorioso de 24 de Agosto de 1820.

Quando uma nação está geralmente descontente e, longe de se removerem as causas de seu descontentamento, ainda este se aumenta pelo horrido espetáculo de actos sanguinários e bárbaros, a hora de sua Regeneração política já não está longe. Assim

aconteceu em Portugal. Nem com a morte bárbara das doze vítimas, sacrificadas à política do insensato despotismo de um governo, talvez o mais vicioso e corrupto de quantos aponta a história moderna, nem com o horror de um dia inteiro de cruelíssima matança, como a que viu Lisboa em Outubro de 1817 (porque desde o nascer do sol até à noite se enforcaram e queimaram Portugueses!), melhoraram os nossos negócios, quer na administração e prosperidade internas quer na afeição e fidelidade a um governo que nada fazia e tinha feito que não fosse em prejuízo directo da briosa Nação que governava. Por consequência, os males nacionais foram sempre em aumento e o descontentamento público crescia na mesma proporção. Para se fazer uma ideia do que nós éramos já nas vésperas do dia 24 de Agosto de 1820, bastará rapidamente mencionar uma pequena parte do que em algumas sessões das Cortes disseram os senhores *Manuel Fernandes Tomás e Manuel Alves do Rio,* tratando da universal delapidação dos bens do Estado e de todo esse espantoso abismo de misérias a que tínhamos chegado sob a direcção de um governo em todos os respeitos monstruoso.

O Sr. *Alves do Rio* disse, por exemplo, falando do Comissariado, que ele custava anualmente 3 milhões e 855 mil cruzados e que o mesmo tinha despendido 44 a 45 milhões, sem até hoje haver dado contas! E poderá então causar espanto que o exército morresse de fome apesar das imensas somas que lhe estavam destinadas?

Em pensões, chamadas do *particular,* despendiam-se anualmente 78 contos de réis, nas Cavalariças Reais 80 contos de réis anuais e na Casa Real, apesar de El-Rei estar no Rio de Janeiro, 258 contos de réis anuais! Em consequência desta insensata profusão e desperdício, o *deficit* anual andava já por 4 milhões de cruzados! (Até aqui o *Sr. Alves do Rio*).

Vejamos agora o que referiu o Sr. *Fernandes Tomás,* por conclusão do seu interessantíssimo Relatório do Estado da Nação:

a balança de comércio contra Portugal nos anos de 1818 e 1819, isto é, comércio feito com as nações estrangeiras, Brasil e Domínios, foi de 21 milhões e meio de cruzados e só para grãos estrangeiros, entrados desde 1808 até 1820, pagámos 192 milhões de cruzados!

Bem que este não fosse ainda exactamente o caso nos fins do ano de 1817, todavia, não se pode duvidar que os males já fossem excessivos e que até já começassem a ser intoleráveis. No entanto, a vergonhosa indiferença dos Governadores do Reino se tornava cada vez mais criminosa e dava lugar a que o descontentamento público não só tomasse progressivo vigor, porém se fizesse, por assim dizer nacional, espalhando-se indistintamente por todas as classes de cidadãos. É um facto indubitável e que a história há-de certamente marcar com muita especialidade, que foi nessa época, já de um desgosto universal, que entre nós se começaram a formar *dois partidos políticos*, que da Capital passaram às províncias. Um, preferindo tudo ao estado vil e opressor de colónia em que o Reino estava, lembrava-se de uma *União* com Espanha e muito mais plausível e acertada lhe parecia esta ideia quando meditava em que os espanhóis gemiam debaixo de uma tirania ainda mais escandalosa e por isso sem dificuldade fariam causa comum com Portugal para assim, ambos unidos, puderem melhor reconquistar a liberdade. Outro, supondo a raíz do mal aonde ele realmente não existia, tratava de *uma mudança de dinastia*, como remédio eficaz na mortal enfermidade política.

Sobre esta luta de políticas opiniões indubitável é que os patriotas de 1817 fundaram as bases de sua infrutuosa tentativa. Receando que uma casual explosão levasse as coisas a uma fatal e perigosa anarquia, tentaram preveni-la, concebendo um plano e propondo-se a executá-lo. Se o não puderam executar, quer seja por falta de boas combinações, quer porque a nação não estivesse ainda geralmente disposta para sacudir o jugo opressor, não se segue, contudo, que a história não haja de mencionar com honra e saudade os nomes daqueles, que foram os *Precursores* de nossa

Regeneração e (que) sobre o altar do despotismo derramaram um sangue que foi o mais seguro e autêntico penhor de nossa próxima e futura liberdade.

Os nomes dos Mártires políticos que pela causa honrosa da Pátria padeceram martírio em Lisboa, no dia 18 de Outubro do ano de 1817, foram os seguintes: *Gomes Freire de Andrade, José Joaquim Pinto da Silva, José Campelo de Miranda, José Ribeiro Pinto, Manuel Monteiro de Carvalho, Henrique José Garcia de Morais, José Francisco das Neves, António Cabral Calheiros Furtado e Lemos, Pedro Ricardo de Figueiró, Manuel de Jesus Monteiro, Manuel Inácio de Figueiredo, Maximiano Dias Ribeiro.*

Os que pela mesma honrosa causa sofreram perseguição, degredo e banimento foram os seguintes: *Francisco António de Sousa, António Pinto da Fonseca Neves, Francisco Leite Sodré da Gama, Frederico, Barão d'Eben.*

Os que denunciaram *como obra meritória*, a briosa empresa destes Mártires da Independência e Liberdade da Pátria foram os seguintes: *José de Andrade Corvo de Camões, Pedro Pinto de Morais Sarmento, João de Sá Pereira Ferreira Soares,* aconselhados e dirigidos pelo Marechal *Lord Beresford,* então Comandante em chefe de exército de Portugal.

Os Juízes que deram as sentenças e com elas legalizaram o martírio foram os seguintes: *Gomes Ribeiro, Leite, Doutor Velasques, Doutor Guião, Araújo, Ribeiro Saraiva.*

Quem defendeu as ditas sentenças foi o *Dr. Fr. Mateus da Assunção Brandão!*

Os Governadores de Portugal, sob cuja direcção se deu o martírio e padeceram os Mártires, foram, segundo o Almanaque de Lisboa do ano de 1817, os seguintes: o *Marquês de Olhão, o Marquês de Borba, D. José António de Meneses e Sousa, Principal Diácono da S. I. Patriarcal, o Doutor Ricardo Raimundo Nogueira.*

Os Secretários do governo foram os seguintes: *António Salter de Mendonça, D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho.*

Damos a lista de todos estes nomes para que nunca esqueçam na história e esta imparcialmente os caracterize segundo merecerem, já quando as paixões e os respeitos humanos não puderem influir na pena do historiador.

Esta espantosa degolação ou matança jurídica que os ministros da tirania, tão inimigos do Rei como da Nação, tiveram por indispensável para, ainda por algum tempo, sustentarem a sua autoridade vacilante e decrépita, longe, como já dissemos, de acalmar o descontentamento geral, filho necessário das públicas misérias, gerou ainda uma nova e mais profunda indignação no ânimo de todos os cidadãos livres e honestos. Mas suposto que na Capital uma sanguinária polícia e um sem número de espiões sufocassem aparentemente os sentimentos do povo, não sucedeu assim nas províncias, aonde os males sempre mais ao vivo se sentem e aonde o braço da tirania, por mais longo que seja, nunca obra com tanto ciúme e vigor como na própria e temerosa estância em que reside. Os indivíduos que então dirigiam em Lisboa todos os *Inquisitórios* e tenebrosos mistérios da Polícia eram, como Intendente Geral *João de Matos e Vasconcelos* e como seus ajudantes *João Gaudêncio Torres e José Vicente Caldeira do Casal Ribeiro.* Quem desejar saber quem era o primeiro, qual era seu carácter e quais eram as suas virtudes, consulte o que dele já publicámos no *Campeão* de Agosto de 1820 Nº XXVI, pág. 84, em um artigo intitulado *Ensaio para a História da Intendência Geral da Polícia.*

Os horridos feitos do seu ajudante João Gaudêncio andam também já estampados no *Campeão* do 1º de Maio de 1820, Nº XXI, pág. 309, onde se podem ver as diabólicas tramas com que ilaqueou as miseráveis vítimas de 18 de Outubro de 1817. E quando ainda estes não pareçam bastantes, pergunte-se por ele nas províncias onde esteve encarregado da reedificação dos edifícios

destruídos pela invasão dos franceses. O segundo ajudante, Casal Ribeiro, não era menos detestado em Lisboa pela insolência e desumanidade com que exercia seu bárbaro emprego. Todos três, Intendente, e Ajudantes, foram depostos, a instâncias do povo de Lisboa, pela Junta Provisória do Supremo Governo do Reino, poucos dias depois da entrada desta na Capital.

Dizemos que o terror não era, nem podia ser, tão intenso e poderoso nas províncias como na Capital e assim o mostra o facto que passamos a referir. Enquanto Lisboa, ainda coberta de luto e enevoada com o espesso e horroroso fumo das *Fogueiras de Stª. Ana*, apenas ousava dar, em segredo, alguns gemidos solitários para não poderem ser ouvidos pelos ferozes algozes da Liberdade, estava-se já preparando a esta Virgem celeste o altar que três anos depois se lhe devia solenemente levantar sobre as ruínas pútridas de um velho e monstruoso despotismo. Mas este altar tinha de ser levantado num lugar muito distante do terreno que acabava de ser violado por tudo o que há de mais atroz na história do despotismo. E para a *nobre Cidade do Porto*, berço da Monarquia e que já em 1808 a havia salvado do jugo estrangeiro, estava guardada toda a glória de ser ainda, outra vez, o brilhante teatro da Liberdade Portuguesa.

Os dois partidos políticos que já mencionámos, roborados agora pelo novo descontentamento que os melancólicos sucessos de 18 de Outubro de 1817 haviam produzido, começaram, portanto, muito mais visivelmente a operar e neles via todo o homem de bem e todo aquele que prezava as coisas da Pátria como suas, ou uma dominação estrangeira, ou uma horrorosa anarquia doméstica. Nesta aproximação das tempestades políticas aparece então um homem que, dotado de grande energia de carácter e possuidor de muitos talentos e muitos cabedais de saber, concebe salvar a *Pátria* e o *Trono*, tomando uma nova vereda, que segure a independência nacional e com ela se regenere o nosso sistema político que, só por desordenado, era a causa poderosa e muito próxima de todas as nossas desgraças.

Esse homem, cujo nome já não pode morrer para a história de nossa Pátria regenerada, foi o Senhor *Manuel Fernandes Tomás*, então Desembargador da Relação e Casa do Porto e hoje Juiz da Coroa na mesma Relação e Deputado em Cortes pela província da Beira, por ser natural da vila da Figueira, Comarca de Coimbra. Resolvido a vencer todos os perigos e todos os obstáculos que em tão nobre e arriscada empresa eram de encontrar, lança os olhos em torno de si e procura achar um amigo e um brioso Português que auxilie seus patrióticos e sublimes pensamentos e tenha igual resolução para os empreender e executar. Não lhe é precisa a alegórica e moral Lanterna de Diógenes para descobrir o homem que procura. Este como que se lhe apresenta logo a seu espírito conhecedor e penetrante e é ele o Senhor Bacharel *José Ferreira Borges*, natural do Porto e hoje também Deputado em Cortes pela sua província. A este jovem Patriota, dotado igualmente de grandes talentos, e o mais é, de um espírito empreendedor e intrépido, descobre sem reserva os seus sentimentos e toda a extensão dos seus planos e neles encontra, a um tempo, um amigo digno de toda a confiança e um companheiro activo para desempenhar cabalmente a perigosa e sublime obra que medita.

Com efeito, estes dois nobres *Regeneradores e Salvadores* da Pátria, já conformes em ideias, desejos e numa inalterável resolução, determinam marcar um dia que lhes sirva de baliza e de ponto, e do qual entrem logo a seguir-se, sem interrupção, todos os passos necessários para o cabal desempenho de sua gloriosa empresa. Foi esse dia assinalado o dia memorável de *vinte e um de Janeiro do ano de l818* e nele os Senhores *Fernandes Tomás e Ferreira Borges*, só diante de Deus e da imagem da Pátria que em seus corações tem gravada, *solene e religiosamente juram ou salvar a Pátria ou por ela dar seu sangue e morrer abafados nas ruínas do magnífico Edifício que vão levantar!* Este dia deve pois a história consagrar como um de seus mais faustos e brilhantes, pelas consequências que dele resultaram, ou por ser aquele em que o nobre patriotismo de dois bizarros portugueses, no meio de um

silêncio verdadeiramente religioso e cercado de todo o poder do despotismo e das vinganças, lançou a primeira pedra mística e moral do majestoso edifício de nossa Regeneração e Liberdade.

Lançada, como fica dito, a primeira pedra para os alicerces do magnífico e formoso edifício político que, pela primeira vez, a Providência devia manifestar aos olhos dos portugueses no memorável dia 24 de Agosto de 1820, houve neste acto maravilhoso uma circunstância que convém mencionar e foi: que da *Figueira e do Porto* donde, em 1808, saíram os primeiros instrumentos de nossa Restauração, saíram também agora, em 1820, *os dois primeiros cooperadores* de nossa gloriosa Regeneração política. Em verdade, no Porto se ouviu, em 1808, o primeiro brado solene da Liberdade e amor da Pátria contra a tirania francesa e na Figueira, pouco tempo depois, tomaram pé e desembarcaram as tropas aliadas que daí se puseram em marcha até ao *Vimeiro,* onde as Águias de França levaram uma ferida que, o tempo mostrou depois, fora mortal. E não é também para esquecer que já desde essa época entrara no serviço activo da Pátria o Sr. *Fernandes Tomás,* ao qual deveram as tropas aliadas muito importantes serviços e por causa deles fora convidado a acompanhar, como acompanhou, o exército libertador até às portas de Lisboa. Desta sorte, o ilustre indivíduo que já em 1808 sacrificara o seu sossego pela honrosa causa da independência da Pátria, é o mesmo que em 1818 prepara o vasto projeto de a libertar da tirania doméstica e expõe a vida em 1820 por tão briosa causa!

Mas uma empresa tão arriscada, ainda que pudesse ser concebida por um só indivíduo, não podia ser executada sem a cooperação de muitos, para quem o amor da vida valesse menos do que o amor da liberdade e da Pátria. No dia 22 de Janeiro de 1818, aparecem já quatro briosos Regeneradores, os quais, à maneira de quatro majestosas e fortes colunas, formam as bases do Augusto templo da liberdade Portuguesa. Foram estes os Senhores *Manuel Fernandes Tomás, José Ferreira Borges, José da Silva Carvalho e João Ferreira Viana.* Com estes quatro

nobres patriotas principiaram os trabalhos regulares de nossa Regeneração na noite do mesmo memorável dia 22 de Janeiro.

Os que sucessivamente se lhes foram unindo até ao número de *treze* e cujos nomes já pertencem à história para que sirvam de exemplo a presentes e futuros são os senhores *Duarte Leça, José Maria Lopes Carneiro, José Gonçalves dos Santos, José Pereira de Meneses, Francisco Gomes da Silva, João da Cunha Sotomaior, o Coronel José de Mello de Castro e Abreu, José Maria Xavier de Araújo, o Coronel Bernardo Correia de Castro e Sepúlveda.*

Sem especificarmos as épocas em que estes ilustres Regeneradores se associaram, bastará saber-se que (a) sua associação se fora gradualmente fazendo, segundo a ordem exacta em que os deixamos nomeados e que no acto da mesma associação cada um prestou o mesmo solene e augusto juramento já mencionado, isto é, *que salvariam a Pátria ou por ela dariam o sangue e a vida, abafados nas ruínas do magnífico edifício que iam levantar!*

No tempo em que a Europa acaba de mostrar diversas portentosas revoluções políticas pacificamente operadas e que, para as desacreditar, os inimigos da razão e liberdade humana inventam todas as espécies das calúnias, só para não confessarem que tais revoluções são efeitos necessários dos teimosos desacertos e despotismos dos governos, necessário é que brevemente refutemos essas calúnias, ao menos na parte que particularmente nos toca. Reduzem-se as acusações de todos os defensores de uma brutal servidão a dois pontos principais, e vêm a ser: que todas estas regenerações políticas são criminosas e antissociais, porque são fruto corrupto ou das associações ocultas, há muito espalhadas na Europa, ou de uma força e tirania militar. Sem entrarmos na geral falsidade dos princípios alegados, a qual a todo o homem de bem e desapaixonado logo à primeira vista claramente se manifesta, reduziremos a questão ao nosso caso individual, e por

todas as suas circunstâncias evidentemente se verá que os sucessos políticos de 24 de Agosto de 1820 nem foram efeito de tramas ocultas desta ou daquela sociedade secreta, nem tão pouco a obra criminosa de uma insubordinação ou despotismo militar.

Não consta que em Portugal tenha existido até ao dia de hoje sociedade alguma secreta, além da *Maçonaria* ou da sociedade vulgarmente chamada dos *Pedreiros livres*, a qual foi regularmente instituída em Lisboa pelos oficiais dos regimentos franceses *Emigrados* que aí estiveram pelo ano de 1800, o que prova que a Maçonaria não está fundada sobre princípios políticos e que as opiniões dos seus membros em matérias de política unicamente dependem do carácter ou estudos de cada um dos indivíduos e nunca de axiomas ou regulamentos de Seita, pois que podem ser *Republicanos* ou *Realistas* segundo o bom ou mau entender dos diversos membros de uma sociedade, que é verdadeiramente *cosmopolita* e universal. Isto suposto, se a nossa Regeneração de 24 de Agosto houvesse sido fabricada por alguma dessas Sociedades secretas que hoje são muito vulgares na Europa não o podia ter sido senão pela Maçonaria Portuguesa. Porém todos os factos conexos com essa briosa empresa demonstram que ela fora uma ousada combinação solitária de um só patriota resoluto e intrépido e não tivera por cooperadores mais que treze associados que para esse fim expressamente se ligaram por um muito particular, solene e religioso juramento. Se a *Maçonaria*, por exemplo, em Portugal houvesse projetado, como corporação ou sociedade, os acontecimentos de 24 de Agosto, quem poderá acreditar que no espaço de quase dois anos, isto é, desde 21 de Janeiro de 1818 até 20 de Agosto de 1820, só *treze* indivíduos se tivessem encontrado, capazes de cometer feito tão nobre e arriscado?

Assim, não pode a nossa gloriosa Regeneração ser com verdade desacreditada com dizer-se haver sido filha de tenebrosas combinações e que estas tenham emanado de uma ou outra Seita fundada em princípios revolucionários ou destruidores da ordem

social. Bem pelo contrário, a ordem social já estava quase dissolvida entre nós por infinitos abusos de poder e multiplicados actos de extravagância, inépcia e desacertos. E, na proximidade de uma inevitável crise política, a vigorosa resolução de um só homem e a voluntária e enérgica cooperação de doze mais associados operam uma empresa politica que seria moral e fisicamente impraticável, se da necessidade dela não estivesse toda a nação convencida e por ela não suspirasse geralmente, como única tábua da sua salvação. Quando uma dúzia de homens projeta e realiza uma mudança completa na administração de um Estado e, bem longe de encontrar resistência, recebe as bençãos ou os agradecimentos de muitos milhões de homens, esta mudança geralmente apetecida e aprovada não pode ser efeito de uma ou outra combinação particular, porém é fruto necessário de um descontentamento universal. E quando este universal descontentamento assim se manifesta, é claro como a luz do dia, que a administração que se destrói era monstruosa, oposta ao bem público e, por consequência, intolerável.

Mas se com verdade se não pode afirmar que a nossa gloriosa Regeneração fosse operada pelas criminosas intrigas de uma ou outra oculta sociedade, muito menos se poderá dizer que fora tramada e executada por violências ou ambições militares. Na Lista dos *treze* ilustres Regeneradores da Pátria, que já fica copiada, apenas se acham os nomes de dois Coronéis*; e destes, na ordem exacta da associação, um é o antepenúltimo e o outro é o último. Agora, bem pesada esta notável circunstância, qual será o homem, adorador da verdade, que possa afirmar que a nossa necessária Regeneração fora obra de soldados? Não há dúvida que no acto ou quase no acto da explosão política se convidaram muitos comandantes de corpos militares para auxiliar tão honrosa empresa mas estes foram convidados como quaisquer outros cidadãos e como achassem a causa nobre,

* O primeiro associou-se em 5 de Junho de 1820. O segundo em 19 de Agosto do mesmo ano.

justa e necessária, tomaram as partes dela, bem como toda a nação as foi rápida e gostosamente tomando. Se um ou muitos chefes militares ambiciosos houvessem formado o projecto de transtornar o governo do seu país, quer pelos seus interesses particulares, quer para satisfazerem as ambições de um partido ou de algum ilustre conspirador, e se esse um ou muitos chefes combinados houvessem realizado o seu projecto à força de armas e a ele tivessem obrigado a nação a obedecer por meio da violência e terrores, então, em verdade, seria este acontecimento um verdadeiro despotismo e atentado militar e todas as mudanças políticas que dele resultassem seriam ilegais, criminosas e destruidoras de toda a ordem social. Porém não é este o nosso caso - a Nação toda se considera sobre um espantoso abismo de misérias, a Nação toda suspira por sair a salvo do perigo em que se vê. Em uma palavra, a Nação toda está descontente e altamente escandalizada dos monstruosos desacertos de seu feroz e estúpido governo. Nesta crise espantosa, aparecem *treze* honrados cidadãos que lhe apontam um porto seguro de salvação, e à sua vista e à sua voz todos os Portugueses se levantam e proclamam seus libertadores e da Pátria os nobres e intrépidos pilotos que, nas *sagradas Tábuas* de uma futura Constituição, lhe apresentam o caminho seguro de escapar do naufrágio. E aonde pode aqui achar a *servil perspicácia* a mais pequena sombra de uma Revolução militar?

As nações não podem morrer assassinadas, e do sangue que derrama o despotismo rebentam sempre as sementes eternas da Liberdade. Dizia-se em outro tempo, que o sangue dos mártires cristãos fazia prodigiosamente florescer a Igreja de Cristo. O mesmo acontece hoje com a divina Liberdade. A tenaz, a brutal e a estúpida perseverança do poder arbitrário há-de irremediavelmente ceder à força da razão humana, altar augusto e sagrado da santa Liberdade, e das mãos sanguinolentas e convulsas do despotismo, mais dia, menos dia, hão-de ir caindo os cutelos de

tirania que por mais cabeças que degolem, não podem degolar as ideias ou o humano entendimento.

As causas de nossa gloriosa Regeneração de 24 de Agosto de 1820 se podem pois reduzir a duas, mui claras e verdadeiras: a 1ª ao descontentamento universal do povo, e quando este descontentamento abrange todas as classes e todos os estados sociais, a ordem pública não pode permanecer na violenta posição em que se acha; a 2ª à ousada, nobre e ilustrada resolução de um homem que, vendo no horizonte político sinais evidentes de próxima tempestade, concebe um plano prudente para salvar o navio do Estado, assim como à nobre cooperação de mais doze homens que juram morrer com ele ou sair bem da arriscada empresa que tomam. Quando as coisas políticas chegam a tão superior grau de fermentação, já não há conspiradores nem revolucionários - a revolução está feita e os que a conduzem e dirigem não são mais que simples e intrépidos pilotos, que agarram e levam ao porto o navio que mãos ineptas e covardes deixavam andar sem rumo por entre baixos e penedos.

Assim mesmo, apesar de toda a miséria pública e do geral descontentamento que ela produzia, todo o ano de 1818 se passou sem que a Associação patriótica adquirisse força considerável quer em número de indivíduos, quer em preponderância moral no espírito público. O segredo e circunspeção que as circunstâncias exigiam não eram para fazer progressos rápidos. Além disso, os mesmos homens cujos talentos e patriotismo eram conhecidos de todos andavam como sufocados com um terror pânico que talvez, em outras circunstâncias, houvesse de ser imperdoável. Mas tal é a marcha de todas as coisas humanas, e na ordem moral assim como na física a natureza nunca dá saltos, porém vai seguidamente adiantando as suas operações. Assim como os frutos físicos não vêm à luz e amadurecem no mesmo momento, também os frutos morais do descontentamento público não se geram e chegam ao ponto da sua maturidade em uma só hora ou em um só dia - só o

tempo conclui o que nenhuma indústria humana é capaz de acelerar.

E ainda mais, a natureza das coisas era aqui retardada pela mão ímpia e destruidora do homem. A polícia da cidade do Porto, que em 1817 se tinha tirado ao Corregedor *João António Ribeiro de Sousa,* havia então passado para o Desembargador *José Joaquim de Almeida Araújo Correia de Lacerda* e era, por este último, exercida com a mais rigorosa severidade. Era, portanto, impossível, numa cidade pequena como o Porto, escapar aos ciúmes ou tenebrosas desconfianças dos satélites daquele ministro. Nem pareça exagerado o que levámos dito porque em poucas palavras delinearemos o carácter daqueles dois Intendentes de polícia, nas mãos dos quais tanto risco correu a vida da nossa ainda infante Liberdade. *Ribeiro de Souza,* superiormente ignorante, foi sempre de uma venalidade e corrupção descaradas e para com ele só têm valia *presentes e mulheres.* Como homem, o seu procedimento há sido constantemente escandaloso; como Juiz, é um assombro de estultícia, porque não há Procurador de Causas ou Escrivão que ainda hoje não conserve uma larga colecção de miseráveis e ignorantíssimos *Despachos* sobre pontos os mais triviais de direito.

Correia de Lacerda, criatura de *Salter* e, como este, refinadíssimo hipócrita, é pobre, tem família numerosa e apesar de servir dois ou três lugares rendosos a um tempo, não sabemos se os rendimentos destes lhe chegam ou se com eles se contenta. Tinha uma virtude: amava sobre todas as coisas os negociantes endinheirados. Foi um dos poucos que, ao princípio, mofaram grandemente dos heróicos acontecimentos do dia 24 de Agosto mas, cristãmente admoestado por alguém, moderou os seus sarcasmos que já vinham fora de tempo e, não obstante não gozar de crédito algum público, ainda assim mesmo, a Junta Provisória tanto se esqueceu de injúrias passadas, que o conservou na Intendência!

Não sendo assim possível que o plano individual dos Regeneradores se fortalecesse de repente, operavam, apesar disso em seu favor muitas causas gerais que consideravelmente concorriam para um próximo resultado político. O descontentamento público crescia, como era natural e os dois partidos que já mencionámos iam-se rapidamente engrossando por todo o reino. No entanto, os Regentes de Lisboa, a quem era fácil obstar à torrente, procurando um ou outro remédio que ao menos adoçasse os males que devoravam a Nação, como se estivessem deitados em leitos de rosas, esqueciam-se de tudo o que caracteriza um bom governo e estultamente quebravam tanto os direitos do Povo como do Rei. Para todas estas notáveis circunstâncias olhavam com muita perspicácia e atenção os Regeneradores do Porto e por isso, para se não perder tempo, entraram logo a dar toda a regularidade possível a seus difíceis trabalhos. Juntavam-se ordinariamente em casa do Bacharel *Borges* e aí tratam do modo mais prudente de ir desenganando e instruindo pacificamente a nação. Os objectos sobre que procuram com maior especialidade instruí-la, são: - Qual é a verdadeira origem de seus males; - Quais são os únicos remédios que a podem salvar na crise que a ameaça; - Que só dentro da Nação se podem encontrar esses remédios; - E que tudo ela conseguirá quando recupere os seus direitos e por meio dos seus Representantes conheça toda a extensão das suas desgraças e a verdadeira causa de tudo quanto sofre; - Que não esperem, portanto, bem algum, quer de uma *união com Espanha*, quer de *uma mudança de Dinastia:* porque a primeira macularia a honra Portuguesa, sacrificando a independência da nação e confundindo a sua história, tão rica e brilhante em feitos gloriosos, com a história de um povo estranho; a segunda lançaria um eterno descrédito sobre o Povo Português, povo sempre leal aos seus Príncipes que fizera Reis e que só por isso tem passado até hoje por *Povo Fidelíssimo.*

Quem desapaixonadamente reflectir sobre a patriótica e virtuosa moralidade de todas as máximas que deixamos copiadas

e se for homem probo e temente a Deus e à virtude, de necessidade há-de confessar que ainda até ao presente não houveram homens que mais relevantes serviços fizessem à sua Pátria e ao seu Rei do que os nobres Regeneradores de 24 de Agosto de 1820! É indubitável que na confusão geral da coisa pública, confusão gerada por uma administração absurda e estulta, existiam com efeito os *dois Partidos* de que temos feito menção. É indubitável ainda, que se não houvesse quem se lembrasse de abrir às imaginações assombradas um caminho médio de salvação e esperança geral, os dois partidos haviam, com o tempo, de fortificar-se e desenvolver-se e que do necessário combate de ambos havia de resultar sem remédio a guerra civil. E nestes termos, não devem ser considerados beneméritos da Pátria e amigos verdadeiros da Nação e do Rei os briosos Portugueses que meditaram e concluíram uma empresa que nos conservou a independência nacional, o trono antigo e venerando de nossos monarcas e ao mesmo passo nos livrou de todos os incalculáveis horrores de uma próxima e inevitável anarquia? A Nação, em verdade, logo reconheceu os importantíssimos serviços dos seus nobres Regeneradores, adotando com entusiasmo e nunca vista prontidão, todos os planos de salvação que por eles lhes foram apontados. Cumpre também agora ao nosso Rei, o Senhor D. João VI, reconhecer de um modo verdadeiramente *Real e generoso*, os mesmos importantíssimos serviços que, como Rei e como Português, deles com muita especialidade recebera. E, com efeito, pode El-Rei esquecer homens e sucessos que lhe seguraram um trono e uma Coroa, de que dois partidos opostos, no delírio do desespero e das misérias, pretendiam despojá-lo? Na ocasião em que vis e interessados aduladores da classe dessa gente, que tanto lhe importa ter um Rei da *família de Napoleão* como *da família de Bragança*, contanto que se lhe conservem as suas odiosas prerrogativas e se lhe tolerem as suas dissipações, seus escândalos e seus vícios, enganavam criminosamente o seu Rei, persuadindo-o de que o seu povo vivia feliz e satisfeito e que por conseguinte os seus clamores e gemidos não eram demonstração verdadeira de

dor, porém demonstrações sediciosas de infidelidade e rebelião, os virtuosos Regeneradores do Porto convidavam eficazmente a Nação para sustentar um trono e uma Dinastia que vis Eunucos de Palácio ou os *Tigelinos* e *Sejanos* Portugueses procuravam aniquilar por seus conselhos pérfidos e monstruosamente enganadores. Atente pois o nosso Rei, o Senhor D. João VI, para esta muito característica circunstância e nunca risque da lembrança que os mesmos indivíduos que, enganando-o, o puseram já uma vez no perigo de perder uma Coroa que os seus avós adquiriram pela generosidade Portuguesa, hão-de ser agora os mesmos que pretendam desviá-lo de condescender com os legítimos desejos do seu povo. Se El-Rei segue as máximas de tão perniciosos conselheiros, não tem de que se possa queixar!... Os Portugueses oferecem-lhe hoje uma coroa como ofereceram ao Senhor D. João IV. E se ele a teve por ilustre, sendo-lhe dada de presente, como parecerá mal a um de seus netos recebê-la ainda de mãos tão nobres e leais como as de leais e nobres Portugueses?

Como as intenções dos Regeneradores fossem tão patrióticas e honradas, os seus virtuosos trabalhos começaram a ter o prémio que mereciam. Em uma grande parte das Províncias entrou logo a mudar a opinião pública, e mudada ela, mui sensivelmente se viram enfraquecer os dois partidos políticos que dividiam Portugal. As três províncias do Norte ofereciam já no meado de 1819 um quadro muito diverso do que até aí haviam sido. Mas para este ditoso resultado necessário é dizer, *como verdade histórica*, que os Jornais de Londres, escritos no puro sentimento do bem público, concorreram de um modo maravilhoso. De mão em mão, eles corriam, dirigidos pelos interessados na boa causa e pode-se afirmar que o seu efeito era o do poder elétrico e que raras vezes deixavam de fazer muito proveitosas conversões políticas.

Todavia, sendo já este o estado das províncias do Norte, não era ainda aí conhecido o da Capital e províncias do Sul, cuja cooperação era indispensável. Parecia incrível que na Capital, por exemplo, houvessem tantos homens de talento, patriotismo e

virtudes e que todos estivessem ociosos e vissem pacificamente aproximar-se a morte da Pátria! Por este tempo passam a Lisboa os Bacharéis *Carvalho* e *Meneses* e acham que a opinião pública é aí o que costuma ser em todas as Capitais, isto é, indolente, tímida, servil, como geralmente formada por um grande número de homens que vivem dos abusos, e que por cálculo auxiliam todo o poder dominante só para que este lhes desculpem as suas prevaricações e desacertos. Por outro lado, entre os cidadãos honrados havia uma prudente desconfiança e ninguém ousava manifestar com franqueza as suas opiniões, porque o fumo horroroso das bárbaras fogueiras *do Campo de Santa Ana* ainda enegrecia os ares e não estava de todo dissipado.

Só depois de muitos meses puderam os dois Regeneradores do Porto suspeitar que na Capital haviam alguns homens com o mesmo projecto que tinham os do Norte. Porém, ao mesmo tempo souberam que eles nenhuma intenção tinham de obrar. A opinião geral em Lisboa era que *só das Províncias* podia vir o grande e eficaz impulso que devia salvar a Nação. Os Patriotas de Lisboa, que apesar de não traçarem medidas para executar uma ou outra empresa, todavia meditavam nela em silêncio e com isto mostravam que não desconfiavam da Regeneração da Pátria, haviam tomado por Emblema dos seus trabalhos a simbólica palavra *Segurança.* Os seus nomes também pertencem à história mas não nos sendo ainda todos exactamente conhecidos, temos por melhor omitir por agora os que sabemos até que mais bem informados sejamos neste ponto.

No mesmo tempo em que os Regeneradores do Porto estavam sondando a opinião pública dos habitantes de Lisboa, chegaram as notícias da revolução de Espanha e com elas ganhou grandes forças em todo o Reino, como era de esperar, o partido Espanhol. Os oprimidos Portugueses, a quem a dor intensa dos seus males tirava até o sossego necessário para uma prudente reflexão, como se já todas as esperanças e todos os recursos domésticos estivessem perdidos, olhavam geralmente para os patriotas de

Espanha como seus únicos salvadores e nesta falsa mas desculpável persuasão, sentiam crescer os seus desejos de uma união entre os dois países. Assim, este acontecimento, junto com o estado de apatia em que os Bacharéis *Carvalho* e *Meneses* tinham achado a Capital, demorou por um pouco os progressos dos Regeneradores do Porto. Mas conhecendo, por isso mesmo, que era preciso reforçar muito mais a boa opinião das províncias do Norte e particularmente do Minho, de que o Porto é a capital, dão-se com novas forças e prudente cuidado ao desenvolvimento deste trabalho importante.

Foram ainda impelidos a prosseguir com desvelo nesta sua ideia pela circunstância seguinte: principiaram-se a observar sinais não equívocos de muita efervescência em alguns Corpos do exército, efervescência nascida das notícias que diariamente se recebiam de Espanha e dos redobrados esforços do partido Espanhol em Portugal. Era, por conseguinte, de toda a importância dar uma conveniente direcção ao entusiasmo que principiava a desenvolver-se na tropa, mal paga e descontente, e por este modo evitar que o exército, maculando a honra ou a fidelidade nacional, passasse a ser instrumento de um ou outro dos dois partidos que dividiam o Reino ou dos que, para salvar a Pátria, não viam outro remédio senão em uma mudança de Dinastia ou em uma união com Espanha.

No entanto, quando o Reino assim andava agitado, sucedia uma coisa que parecerá incrível a todos os vindouros. Os Regentes de Lisboa jaziam em profundo e estúpido letargo e, como se governassem a China ou o Japão, a muitas mil léguas distantes, viam as coisas de Portugal com uma indiferença que só podia ser filha de traição ou consumada estupidez. Diz-se que a estátua egípcia de *Memnon* exprimia sons humanos quando tocada pelos raios do sol. Porém, as *Estátuas do Rossio,* mais insensíveis e duras que a egípcia, não davam sinais de sensibilidade, quer tocadas fossem pelos gritos clamorosos do povo, quer pelas vozes não equívocas dos diversos partidos que agitavam a Nação! O

único sinal de sensibilidade que deram foi o de proibir que na Gazeta de Lisboa se desse notícia do que se estava passando em Espanha e entrava francamente por todas as fronteiras do Reino, bem como do que se estava passando em Inglaterra, relativo ao famoso processo da Rainha *Carolina* de Inglaterra, mulher de George IV. Com esta única providência julgaram ter merecido a coroa cívica, por terem salvado a Nação!

Mas como o perigo por todos os lados crescia, foi necessário tentar ainda a cooperação da capital e províncias do sul. Os trabalhos dos Regeneradores se tinham por tal forma já multiplicado que era quase impossível guardar-se por muito mais tempo o segredo. Além disto, ocorreu uma nova circunstância: o Coronel de Milícias *António da Silveira Pinto da Fonseca* mostrava ter outro novo plano em vista e tão pouco o ocultava que já era quase conhecido de todos no Porto. Bem que ele não tivesse até esse tempo ligação alguma com o dos Regeneradores, todavia, se fosse completamente descoberto, era, pelo menos, capaz de atrasar muito o projecto original dos *Treze Patriotas.* De mais, esperava-se a todo o momento a chegada do Marechal Beresford de volta do Rio de Janeiro e este novo incidente podia ainda alterar consideravelmente a marcha do negócio. Nestes termos, os Regeneradores residentes no Porto, escreveram ao Desembargador *Manuel Fernandes Tomás,* então fora da cidade em banhos de Caldas, para que sem perda de tempo se recolhesse e viesse de comum acordo deliberar sobre o que cumpria fazer. Chegou enfim ao Porto o Regenerador *Fernandes Tomás* e é sua firme opinião que nada se empreenda sem de novo se tentar a cooperação dos bons Portugueses de Lisboa. Apesar de doente, se oferece logo ele mesmo para executar esta difícil e perigosa comissão, por certo muito difícil e perigosa porque havendo já muito risco para qualquer dos Regeneradores que saísse do Porto, muito maior era ele para um Desembargador da Relação, que se não podia ausentar sem licença do Regedor e sem que todos os seus colegas o soubessem. Todas estas dificuldades e perigos lhe foram

energicamente expostos por seus companheiros, que até tinham por inútil a jornada, não sendo ainda passadas seis semanas que de Lisboa tinha chegado o Bacharel *Meneses.* Apesar de tudo, o intrépido Regenerador *Fernandes Tomás* teima em partir e a resposta que dá a seus companheiros é: - *Se eu for preso em Lisboa ou contra algum de vós aqui se tentar algum procedimento, seja esse o sinal de romper e não se espere por mais nada!*

Manuel Fernandes Tomás partiu, com efeito, e chegou a Lisboa pelo meado de Julho. Porém a sua jornada não teve resultados mais felizes do que tivera a dos Bacharéis Carvalho e Meneses no ano antecedente. Nem mesmo aí se pôde demorar muito tempo, porque a jornada precipitada de um homem público tal como ele, e sem motivo algum aparente, acordou um pouco as *Estátuas do Rossio* que, não podendo já ignorar a agitação das províncias, particularmente do Norte, viram com estranheza a sua chegada a Lisboa. Nos primeiros dias não foi incomodado. Porém, observando afinal que o vigiavam, foi obrigado a sair precipitadamente da Capital, sendo ainda perseguido pela Polícia, que fez todas as diligências para descobrir as pessoas com quem ele tratara durante a sua curta residência em Lisboa.

Antes de sair da Capital, avisou o Desembargador Manuel Fernandes Tomás da sua próxima volta para o Porto e apesar de não ter certeza alguma da cooperação de Lisboa, recomendou toda a possível actividade, pois que as coisas eram chegadas a ponto de já não ser possível haver grande demora. A esse tempo, já estavam de inteligência com os Regeneradores e lhes haviam oferecido seus serviços para tudo quanto a salvação da Pátria deles exigisse, os seguintes ilustres e beneméritos Patriotas: *António da Silveira Pinto da Fonseca,* os chefes dos Corpos da Guarnição do Porto *Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira, Domingos António Gil de Figueiredo Sarmento, Manuel Vaz Pinto Guedes, José Pereira Leite de Berredo,* vários Oficiais das Milícias do Partido da mesma cidade, entre os quais se distinguiu *Tibúrcio Joaquim*

Barreto Feio e grande número de pessoas respeitáveis e distintas, com muitas autoridades civis e militares das províncias.

Tudo isto já se passava nos princípios de Agosto, quando chegou ao Porto o Desembargador *Fernandes Tomás*. Na mesma ocasião se soube que os Governadores de Lisboa, tendo conhecimento do estado das províncias do norte e receando uma próxima explosão, mandavam para o Porto o Marechal de Campo *Manuel Pamplona Carneiro Rangel* a fim de aí tomar o comando interino das armas. O conhecimento que havia do carácter desse militar, que nas últimas campanhas tinha sido elevado ao posto de Marechal por favor da Corte dos Regentes em Lisboa, as suas relações íntimas com pessoas a quem Portugal devia parte das suas infelicidades e o estado da mesma cidade do Porto, aonde os honrados habitantes já quase se preparavam para ver repetidas as horríveis cenas de anarquia de 1809, mostraram enfim a necessidade de um pronto rompimento.

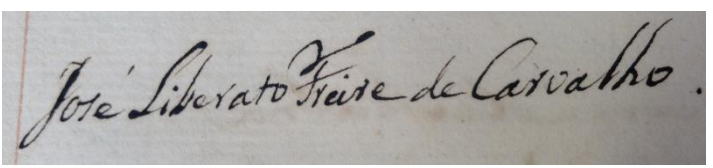
Em consequência dessa forçosa necessidade, se juntaram os Regeneradores na noite do dia 21 de Agosto em casa do Desembargador Manuel Fernandes Tomás e aí ratificando o juramento de salvar a Pátria ou de por ela darem as vidas, traçaram o Plano do rompimento da gloriosa Revolução que, como verdadeira festa nacional, devia acordar os habitantes da ilustre cidade do Porto na madrugada do fausto e memorável dia 24 de Agosto de 1820. Foi, por certo, mui procelosa e interessante a Conferência daquela noite e só para escrever o que nela se passou seria preciso formar um volume. Porém, estas particularidades, assim como outras de igual interesse, pertencem à pena do futuro historiador que mais devagar e d'espaço tomar a si a brilhante empresa da história completa desta nossa Regeneração.

Segundo este plano, pelas nove horas da noite do dia 23 se congregaram em casa do Coronel Bernardo Correia de Castro e Sepúlveda os briosos Patriotas que formaram o Conselho militar e

aí se preparou tudo o que apareceu na manhã seguinte do glorioso dia 24 de Agosto de 1820.

_____»» «« _____

Sendo este o último número do Campeão Português pelas razões que no fim dele daremos e não podendo, por conseguinte, continuar estas Memórias, por complemento do que até agora a este respeito temos publicado e para justificação de muitos factos que temos apontado, concluiremos este artigo com a publicação da Carta que o Sr. *José Ferreira Borges* escreveu ao Sr. Comendador *Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira* e foi impressa em Lisboa com data de 9 de Abril, 1821.



CARTA

"Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Comendador

Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira.

"Devedor a V. E. de resposta à sua carta circular de 28 de Fevereiro passado, objectos de mais alta monta me tolheram, além d'alguma moléstia, o responder-lhe logo. Previno a V. E. de que não vou responder-lhe na qualidade de Deputado de Cortes, vou falar em qualidade d'um cidadão particular, porque é nessa qualidade que V. E. faz de mim menção no que chama – *Manifesto* - e o qual acompanha a mesma carta.

"Diz V. E. no seu *Manifesto*, que o cidadão deve à sociedade contas de seus procedimentos na vida social e que à sociedade toca aprová-los ou reprová-los. E que impelido deste dever, V. E. vai com pureza expor *os factos que deram origem, força e impulso aos acontecimentos do memorável dia* 24 *de Agosto de 1820*, com os mais que se lhe seguiram até à reunião do Soberano Congresso Nacional.

"A importância que V. E. dá e eu dou a semelhantes factos, o dever a que V. E. cede e eu cedo em desdobrar ante o Tribunal da Pátria os meus procedimentos nesta parte, me obrigam a mostrar a V. E. a inexactidão da sua Exposição ou Manifesto, o que todavia não faria *quando não instigado*, para que se não persuadissem os que de perto me não conhecem, que eu envolvia numa tal exposição alguma coisa de vistas particulares, juízo que de ordinário se não arrisca em vão, olhada a altura a que tem subido a perversidade humana. Eu vou pois dizer o que sinto, sem medo de ser desmentido com verdade, nem por V. E., nem por alguém, porque só falo e falarei verdade e tenciono de publicar pela imprensa esta mesma Carta, não como *Contra Manifesto* (porque

não sei precisamente quem são as pessoas que têm autoridade de fazer Manifestos à Nação) senão como resposta à Carta, que tive a honra de receber de V. E. impressa. Vamos aos factos:

"Refere V. E. que os acontecimentos de 7 de Março de 1820 em Espanha lhe deram *nova eletricidade à sua imaginação,* que não largava o projecto de destronar o Despotismo apossado de todos os degraus do Trono de Portugal. E que vendo em *conversações gerais* o Coronel de Milícias António da Silveira Pinto da Fonseca uniforme em sentimentos, não duvidou abrir-se com ele e deliberaram meter ombros à grande empresa.

"Para que V. E. vá com inteiro conhecimento de causa, porque já é tempo de que isto se saiba, devo dizer-lhe que desde 22 de Janeiro de 1818 (já V. E. vê que é antes de Março de 1820) meditou nisto mesmo o Desembargador Manuel Fernandes Tomás *comigo,* com o Bacharel José da Silva Carvalho e João Ferreira Viana e sucessivamente meditaram Duarte Lessa, José Maria Lopes Carneiro, José Gonçalves dos Santos da Silva, o Bacharel José Pereira de Menezes, o Bacharel Francisco Gomes da Silva, o Desembargador João da Cunha Sotto Maior, José de Mello e Castro d'Abreu, o Bacharel José Maria Xavier de Araújo e o Coronel Bernardo Correia de Castro e Sepúlveda.

Saiba mais V. E. que sempre lhe foi oculto a V. E. e a todos os que não eram os treze mencionados acima, o modo porque isto se fazia. Atenda: o Coronel de Milícias Silveira era então íntimo amigo do Desembargador João da Cunha Sotto Maior, foi este quem o manejou para que manejasse a V. E., o que teve efeitos iguais aos desejos, porque V. E. (não lho nego) tinha momentos de verdadeiro Constitucional, mas tinha outros como os dos dias 27 de Junho e 27 de Setembro, que desmantelava os muros da paciência a mais apurada. Agora tem V. E. a chave para descobrir os movimentos do Coronel de Milícias Silveira e do Bacharel José da Silva Carvalho, com quem V. E. confessa que no dia 19 de Junho sondara a opinião pública. Veja V. E. quem foi o *sondador* e

o *sondado* e veja que essa mesma opinião pública era por nós todos guiada e aclarada. Cada um de nós tinha sobejas relações para fazê-lo e efetivamente o conseguimos. Nós sabíamos bem o pensar de V. E. e de seus dignos oficiais.

"Continua V. E. a dizer que deliberara com o Coronel de Milícias Silveira meterem os ombros à grande empresa, *agregando os que achassem d'iguais sentimentos, sendo os primeiros que se uniram o Major do Regimento de Milícias do Porto, José de Sousa Pimentel e Faria, o Tenente Coronel do Regimento de Infantaria Nº 6, Domingos António Gil de Figueiredo Sarmento e o Major do Batalhão de Caçadores N.º* 6, *Manuel Vaz Pinto.*

"Sinto muito que V. E. não diga o modo *como agregaram* esse Tenente Coronel Gil, e Major Vaz Pinto e que principie neste seu silêncio (a que não pode dar causa) a fraquejar o seu plano e a aparecer a verdade. Atenda, Excelentíssimo Senhor, fui eu, não foi V. E. nem o Coronel de Milícias Silveira, quem falou ao Tenente Coronel Gil e Major Vaz, fui eu quem fez com que um e outro fosse falar com V. E., porque V. E. se prestou a isso ao Coronel de Milícias Silveira, como este disse ao Desembargador Sotto Maior e este a nós. Por sinal, se a minha memória me não engana, que era a senha ir buscar a *resposta do recado* ou coisa que o valha. Eu não posso deixar de dizer neste lugar que V. E. faz grande injúria ao Tenente Coronel Gil, quando d'alguma sorte duvida dele e o faz aparecer dizendo dentro de poucos dias duas coisas (des)encontradas acerca da cooperação de seu Regimento. Este Tenente Coronel disse sempre o mesmo a V. E.: ele disse que contava com o carácter de seus Oficiais, oficiais inferiores e soldados. Porém, que também era verdade que o Regimento Nº 6 tinha por chefe Maxwell Grant, que era querido do Regimento. Esta asserção é d'hum homem verdadeiro e que previne essa mesma *crise com pontinhos,* a que V. E. se refere em seu Manifesto. Esta asserção veio tanto mais a propósito quanto o projecto de V. E. era *o prender todos os Ingleses,* o que lhe eu tirei da cabeça nessas *reflexões* que V. E. confessa eu *desenvolvi e que*

se adoptaram como convenientes ao bem da causa. Assevero a V. E. que nunca vi homem tão ofendido e pesaroso como voltou o Tenente Coronel Gil da presença de V. E. em direitura à minha casa a contar-me como V. E. o despediu, dizendo-lhe em voz alta, tendo antes falado em voz submissa, *que não tivesse o trabalho de voltar a sua casa – que se tivesse alguma coisa a comunicar-lhe de serviço, lhe escrevesse.* Eu pude sossegar este Oficial, que foi obrigado a calar-se, só porque se tratava da salvação da Pátria e pude conseguir dele o esquecimento do passado com V. E. e uma cooperação demonstrada e resoluta no grande objecto que tratávamos. Não perca V. E. de vista o que este Oficial fez na noite de 23 para 24 d'Agosto, quando o Coronel Grant foi ao quartel do Regimento Nº *6*, tolhendo que o Coronel avistasse o Regimento. Não se esqueça do comportamento dos Tenentes José de Sousa Pinto de Magalhães e Paulo Correia que souberam dizer àquele Coronel o que são soldados e Oficiais Portugueses, e veja enfim que quem se viu *na crise* de que V. E. fala foi o Tenente Coronel Gil. Nós não devemos tirar o seu a seu dono: V. E. com uma porção pequena do seu Regimento d'Artilharia, contingente com que entrou na nossa Regeneração Política, bem vê que não podia fazer nada. Cooperando fazia muito, obstando não alcançava nada, como largamente ponderámos eu e o Coronel Sepúlveda na fralda da montanha da Lapa na noite da tarde, em que V. E., o Tenente General Canavarro, o Coronel Loureiro e outros dois que ali estavam casualmente, ali nos deixaram sozinhos, muito antes do 23 d'Agosto, em que diz que pela primeira vez me conheceu.

"Eis aqui pois, como o Tenente Coronel Gil e o Major Vaz se *agregaram, o* que cumpria que V. E. dissesse e não disse, deixando na sua exposição um vazio que era necessário encher em honra destes dois dignos Oficiais, que se prestaram e coadjuvaram a salvar a Pátria sem equívoco.

"Continua V. E. a dizer que foi *forçoso espaçar o projecto até que melhorassem as circunstâncias, as quais se*

proporcionaram pelo retorno do Regimento da Infantaria Nº *18* em 22 de Julho.

"Aqui esqueceu a V. E. o dizer que foi forçoso espaçar o projecto porque V. E. partiu sem razão com o Tenente Coronel Gil e em consequência nada se podia fazer. Esqueceu-lhe o dizer que, sendo-lhe pedido um destacamento de Artilheiros para Lisboa nas vésperas da entrada do Regimento Nº 18, ou sendo obrigado a mandar esse destacamento pelas mudanças ordinárias, V. E. desanimou e foi necessário mandar-lhe dizer que contavámos com o patriotismo do Coronel Sepúlveda e que com ele se faria *tudo,* como com efeito se fez. Lembra-me bem que todo o afinco de V. E. então era dizer: - *quem são esses Senhores que me mandam dizer isto? Porque me não aparecem eles?* Agora já V. E. sabe quem eles são e porque lhe não apareciam todos. Não era por medo, era porque não era necessário. Cada um deles tinha tanto medo como eu tive no dia 22, na noite de 23, na manhã de 24 e desde esse dia até agora.

"Aqui confessa *V.* E., agora, (a verdade) que o Coronel Sepúlveda estava *advertido do projecto antes* que V. E. *lho comunicasse.* Diz V. E. que não tardou que se *unissem em sentimentos de patriotismo pelo bem da Pátria.* Sem dúvida que não tardou porque ele nunca hesitou e V. E. nunca o persuadiu. Diz que foram no dia 22 de Agosto a casa do Coronel de Milícias Silveira e que, fazendo as modificações que pareceram úteis no plano traçado para o dia 29 de Junho *ficou decisivamente aprovado.*

"Isto não sucedeu no dia 22 de Agosto, sucedeu no dia 21, um dos mais desastrosos da minha vida e que por isso nunca me esquecerá. O seu plano, ou antes o do Coronel de Milícias Silveira, que ele envolvia n'um Manifesto, era ao justo a nossa perda e a da Monarquia. Ele o levou na tarde deste dia a casa do Desembargador Fernandes Tomás, aonde todos estávamos, mas não com ele, senão em uma sala próxima, e não houveram forças

humanas que lhe destruíssem o seu desarrazoado projecto. De maneira que, indo-se ele embora, nós ficámos atormentados e julgámos a causa da Pátria perdida. Foi então que eu me ofereci para Parlamentário, que o Coronel Sepúlveda prometeu a reunião de V. E. e dele em sua casa na manhã seguinte (dia 22) aonde fui e, com V. E., Sepúlveda e Silveira, eu pude convencer a muito custo Silveira que o seu plano e o seu Manifesto era perigoso, inculcava vistas particulares e se devia substituir (pel)o meu Manifesto, que nesse acto apresentei e li. Sepúlveda coadjuvou-me, V. E. convenceu-se e o Coronel Silveira foi obrigado a ceder ao tom sisudo com que lhe falámos e que o Coronel Sepúlveda tomou com firmeza, alevantando-se da cadeira. Aqui é que se acabou decisivamente o plano que eu apresentei, aqui é que eu desenvolvi o que V. E. chama *algumas reflexões que se adoptaram como convenientes ao bem da Causa,* aqui me deu V. E. um papel que era uma espécie de Proclamação e eu lhe prometi fazer, como fiz, as duas Proclamações que fiz imprimir e se assinaram manuscritas no Conselho Militar. Então escreveram os meus Companheiros as cartas para as Autoridades Civis e Militares e para os Oficiais Ingleses, que eu fiz e levei em limpo ao mesmo Conselho.

"No seguinte parágrafo do seu Manifesto confessa V. E. no que expende, como dois dos meus Companheiros o avisaram a tempo do que havia, ou podia haver, para se providenciar a tempo.

"Note pois V. E. que nada nos escapava.

"Passa depois V. E. a dizer que, *na mesma tarde se lhe apresentou o Tenente Coronel de Milícias da Feira, António Pinto Barreto Feio, oferecendo-se com o seu Regimento e prometendo trazer ao partido da boa Causa o Regimento de Milícias de Oliveira d'Azeméis, como cumpriu.* E logo depois, enumerando as pessoas que perfizeram o Conselho Militar, fala em Tibúrcio Joaquim Barreto Feio, Ajudante do Regimento de Milícias da

Maia e apenas diz que foi substituído pelo Major do mesmo Regimento José Pedro Cardoso da Silva.

"Eis aqui outra lacuna que é necessário esclarecer, porque falando V.E. no Tenente Coronel Comandante da Polícia, José Pereira da Silva Leite de Berredo, que convidou e que entrou com 23 soldados a cavalo e 30 de pé, que era o que tinha, não diz como é que veio o Tenente Coronel Barreto oferecer-se e o Ajudante Tibúrcio ao Conselho.

"Agora cumpre dizê-lo. Fui eu, Excelentíssimo Senhor, quem convidei Tibúrcio e foi Tibúrcio quem convenceu o Major José Pedro Cardoso da Silva e, em consequência, quem trouxe o Regimento de Milícias da Maia Foi o Ajudante Tibúrcio quem fez apresentar-se imediatamente no Porto o Tenente Coronel Barreto e o levou a minha casa na noite do 22, aonde lhe propus o modo como devia obrar e que lhe pedi fosse ter com V. E. e com Sepúlveda. E o mesmo Tenente Coronel Barreto me prometeu a cooperação, além do seu Regimento de Milícias da Feira, do de Milícias de Oliveira d' Azeméis. Eu lhe insinuei como devia ficar às Ordens do Coronel do Batalhão de Caçadores N°11, Francisco António Pamplona Moniz, a quem escrevi, e se prestou imediatamente, porque me conhecia o carácter e eu dele a honra, a amizade e o patriotismo, sendo sem hesitação um dos mais beneméritos Oficiais do nosso bravo Exército.

"Eis aqui pois, como o caso sucedeu: o Tenente Coronel Barreto foi ter com V. E. porque eu o mandei; o Ajudante Tibúrcio foi ao Conselho comigo e cedeu o passo ao seu Major só porque era Patente superior. Porém Tibúrcio foi a quem primeiramente falei e quem moveu o Major Cardoso. Eis aí a verdade e a explicação do que V. E. não explicou ou não sabia.

"Estamos chegados ao grande dia 24 de Agosto, cuja memória irá comigo à sepultura. Entretanto, quando V. E. diz que se dirigira ao Bispo, Governador das Armas e Justiças, é necessário que diga que o *mesmo fizera o Coronel Sepúlveda,* que me chamara

Camarada, que me abraçara e que, como eu era Síndico da Câmara e fui quem redigi o acto da vereação e guiei todo este acto, se voltou protestando, que *toda a irregularidade que houvesse recairia sobre mim.* E note V. E. como eu fiz tudo com inteira regularidade no meio de tanto tumulto e em época de tão grande feito, nada faltando nem no andamento do acto, nem no procedimento subsequente do Governo em que tive a honra de ser Secretário recaindo sobre mim tanta soma de trabalho como V. E. viu e todos viram. Aqui nada mais digo.

"'Refere depois V. E. que desde o 24 nada especifica porque as Gazetas o expuseram. No entanto seja lícito o dizer que sinto muito que V. E. fale tanto de operações d'Exército do Sul e que não diga uma palavra do Coronel Bernardo Correia de Castro e Sepúlveda, que fez tudo na nossa frente. Ele partiu para o Vouga, para Aveiro, para Coimbra e para Viseu; em todos os Povos intermédios ele, muitas vezes só, sem tropa alguma, fez desenvolver o entusiasmo Português. Foi ele quem passou à Estremadura e sempre em postos avançados, quem interceptou todos os correios e comunicações e, numa palavra, se ele não fora, eu não sei como chegaríamos tão rápida e tão sossegadamente a Lisboa. Esta é a verdade. V. E. esteve sempre com a Junta Provisória e enfim, neste lugar, parece-me por agora que nada mais devo dizer, notando somente que a *condescendência* à *concórdia,* a que V. E. se refere, feita em 27 de Setembro em Alcobaça, nem sei como lhe hei-de chamar, nem quem foi que condescendeu. Sei só que aquele sonho desastroso ou inspiração com que V. E. apareceu na manhã daquele dia com que me aturdiu e ao Doutor F. Francisco de S. Luiz, foi certamente uma fatalidade em que a Providencia quis apurar o meu sofrimento e tormentos que padeci desde 24 de Agosto até o 1º de Outubro. Mas enfim, não posso deixar de referir aquele dia 25 de Setembro no qual, em Leiria, o Coronel de Milícias Silveira quis despachar, além do seu Irmão o Conde de Amarante para o Conselho de Guerra, o seu Sobrinho Manuel da Silveira Pinto para Governador das Armas de Trás-os-Montes, etc. etc., os mesmos membros da

Junta Provisional e a V. E. mesmo excepto a mim, *porque não tinha sido Juiz de Fora* (palavras dele), ao que todos retorquiram com aquela firmeza de carácter que ainda uma outra vez desdobraram na tarde do dia 11de Novembro.

"Foi de Vila Franca que V.E. tornou para Sacavém, não para serenar a Tropa mas porque assim o quis, porque V. E. era de opinião de que a Tropa devia entrar no dia 1º de Outubro connosco nesta Capital, o que era demonstradamente um erro como o facto subsequente provou a V. E. e do que antes ninguém pode convencê-lo. Lembre-se V. E. (do que nunca poderá esquecer-me) lembre-se do júbilo, do alvoroço, d'alegria, do entusiasmo inexprimível de uma Capital qual Lisboa, e depois me dirá se era digna de uma desconfiança e de um alarme, qual pretendiam fazer.

"V. E. sabe muito bem quantas mais coisas eu podia escrever sobre o acontecido desde o dia 24 de Agosto até o 17 de Novembro (em cuja noite estivemos na sala do Governo) como testemunha ocular e como Membro daquela Junta. Porém, nem a capacidade de uma carta o sofre, nem me parece necessário para resposta ao seu Manifesto, nem tenho mesmo muito tempo para isso, nem finalmente talvez convenha saber-se.

"Concluo pois com dizer, que V. E. tem uma parte na nossa santa causa, que se arriscou e que se cobriu de glória. Mas que não cabe a V. E. nem ao Coronel Silveira essa primeira parte que V. E. e ele se arrogam neste feito. Compare V. E. todos os seus riscos e do Coronel de Milícias Silveira com um só risco, com o risco que correu o Desembargador Manuel Fernandes Tomás, quando veio a Lisboa. Não deve pois V. E. arrogar-se essa distinção que se arroga com injúria dos meus companheiros. Eu me persuado o tê-lo mostrado com evidência e com verdade. No entanto, se V. E. quiser provas de que falei aos chefes e Oficiais, como referi, eu posso produzi-las porque as tenho por escrito do próprio punho deles.

Se quiser saber dos mais factos que exponho, pode perguntá-los a qualquer dos treze que mencionei e que são pessoas de inteira probidade e fé provada.

Pela parte que me toca eu respeito muito particularmente a V. E., sou seu amigo e, nesse espaço de tempo em que servimos, V. E. notaria o quanto o singularizei e respeitei. Reitero ainda hoje iguais protestos de estima e consideração para com V. E.

Deus guarde a V. E. por muitos anos. Lisboa 9 de Abril de 1821.

José Ferreira Borges,

Principio da Associaçaõ Patriotica, que produzio a nossa gloriosa Regeneraçaõ politica na Cidade do Porto em 24 de Agosto, 1820.

N°. 1°. Era a Sociedade collectivamente.	Estes quatro individuos formaram sua Associaçaõ regular em 22 de Janeiro de 1818, em caza de José Ferreira Borges: e em a noite do mesmo dia houve sessaõ em casa de Manoel Fernandes Thomaz.
— 2°. Manoel Fernandes Thomaz.	
— 3°. Jose Ferreira Borges.	
— 4°. Jose da Silva Carvalho.	
— 5°. Joaõ Ferreira Vianna.	
— 6°. Duarte Lessa. — — —	Entrou na Associaçaõ em 10 de Fevereiro, de 1818 em casa de Manoel Fernandes Thomaz.
— 7°. José Maria Lopes Carneiro.	— em 3 de Maio, 1818—dito.
— 8°. José Gonçalves dos Santos Silva.	
— 9°. José Pereira de Menezes.—	— 6 de Julho, 1818, em casa de José Ferreira Borges.
— 10°. Francisco Gomes da Silva.	— em 26 de Maio, 1820; em casa Manoel Fernandes Thomaz.
— 11°. Joaõ da Cunha Souto Maior. — — — —	
— 12°. José de Mello de Castro e Abreu, — — — —	— em 5 de Junho 1820:—dito
— 13°. José Maria Xavier de Araujo. — — — —	— em 22 de Junho, 1820; em casa de Duarte Lessa.
— 14°. Bernardo Correa de Castro e Sepulveda. — —	— em 19 de Agosto, 1820; em casa de Manoel Fernandes Thomas.

Facsimile do jornal ***O Campeão Portuguez***

Índice Pág.

Editorial – Editorial Moura Pinto 9

Antelóquio – Comissão Liberato 11

A Regeneração Política de 1820 e
O Campeão Portuguez
- Associação Cívica 24 de Agosto 15

Notas 26

Memórias para a história da nossa brilhante e gloriosa regeneração de 24 de Agosto de 1820
- José Liberato Freire de Carvalho 33

Carta de José Ferreira Borges
a Sebastião Drago Valente Cabreira 73

.

. .

É o

nº dos

250 livros de uma

edição numerada, iniciativa

conjunta comemorativa do 200º

aniversário da Revolução Liberal de 1820.

.

. .

E foi mandado imprimir para o cidadão

_____

À COMISSÃO LIBERATO não podia passar esta data sem a necessária sinalização: 24 de Agosto de 2020 – segundo centenário da Revolução Liberal de 1820. Hoje a CL associa Liberato a Ferreira Borges, com dois textos publicados em 1821 e referentes aos acontecimentos do dia e das vésperas do primeiro liberalismo português.

Neste ano de todos os confinamentos, dos encontros virtuais per-pandémicos, dos congressos adiados, das conferências suspensas, dos web-simpósios e dos Skype-fórum – é importante sublinhar que a história não acabou e que aquilo porque lutaram os homens-bons do passado mantém toda a sua actualidade, qualquer que seja a roupagem que apresentem.

A PRÓ-ASSOCIAÇÃO 8 DE MAIO aglutina cidadãos que repetidamente contribuem para impulsionar iniciativas que, à luz da liberdade, possam contribuir para o desenvolvimento, o progresso, o bem-estar e a cidadania.

Nunca como hoje a liberdade em Portugal foi tão desafiada, num aparente estado de normalidade democrática mas sujeita a constrangimentos sanitários, condicionalismos sociais e expectativas económicas que, anunciando cenários apocalípticos, podem preparar grandes retrocessos civilizacionais.

Fica, pois, um contributo visível nos 20 anos da sua existência.

EDITORIAL MOURA PINTO

Agosto 2020